



Universidade Autónoma de Lisboa
Departamento de História, Artes e Humanidades

“A Herança Cultural Judaica e o Turismo em Castelo de Vide”

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História, Arqueologia e Património
conferido pela Universidade Autónoma de Lisboa

Orientador: Prof. Doutor José Augusto Ramos
Co-Orientador: Prof. Doutor Eduardo Moraes Sarmento

Silvia Maria Gomes Prata

Lisboa
Janeiro de 2017

Agradecimentos

No desenvolvimento da presente tese de dissertação de Mestrado, o apoio e envolvimento de algumas pessoas foi muito importante para a conclusão da mesma.

Em primeiro lugar quero agradecer profundamente ao meu orientador, Professor Doutor José Augusto Ramos e ao meu co - orientador Professor Doutor Eduardo Moraes sarmento, pelo vosso apoio, acompanhamento e motivação.

Não poderei deixar de agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide, ao Posto de Turismo e à secção de Arqueologia pela disponibilidade na prestação de todas as informações necessárias.

Um agradecimento muito especial ao Sr. Carolino Tapadejo, por toda a partilha de informação, disponibilidade, dedicação e pelo apoio na aplicação dos inquéritos.

Às restantes pessoas com as quais me cruzei durante este caminho, que de uma forma ou outra, me ajudaram também à concretização deste trabalho.

Finalmente, um muito obrigado à minha família por me aturarem os bons e os maus humores.

Resumo

A presença judaica no território que constitui Portugal há mais de oito séculos tem sido muito debatida entre os historiadores, pois os primórdios da fixação deste povo estão envoltos em algumas dúvidas. Os vestígios existentes são poucos, mas em todo o caso, graças aos estudos das últimas décadas, é possível provar a existência de judeus em Portugal muito antes do nascimento do nosso reino, no século XII.

O Édito de expulsão espanhol de 1492 no tempo dos Reis Católicos veio aumentar bastante o número de judeus em Portugal, com a chegada de milhares de judeus espanhóis. Com a sua longa fronteira terrestre com Castela, Portugal torna-se um refúgio óbvio para esta comunidade. Aqui viveram períodos de prosperidade social e económica. Contudo, também aqui os judeus foram alvos de perseguição feroz com o Édito de expulsão de 1496. O estabelecimento da Inquisição em Portugal, em 1536, assinalava o início de uma repressão ainda mais activa e feroz.

Castelo de Vide foi um dos locais de entrada das migrações de judeus provenientes de Leão e Castela sabe-se da existência de um núcleo de judeus no século XIV. Depois de 1496, houve algumas famílias que ficaram e se converteram ao cristianismo. Por toda a região está visível património com marcas típicas judaicas, edifícios em que se contam a sua história e costumes, e tradições que estão ainda vivas em algumas localidades. A dinamização deste património cultural como factor de crescimento e desenvolvimento e consequente valorização da história portuguesa tornam-se cada vez mais extremamente importantes. Castelo de Vide está inserida na Rota das Judiarias. É uma iniciativa que facilita ao público uma viagem pela história da cultura judaica. Esta vila promove um conjunto de actividades de programação que visam dinamizar e activar o contacto das pessoas com o judaísmo português e através dos seus visitantes divulgar esta herança pelo mundo. O turismo em Castelo de Vide tem vindo a aumentar nestes últimos anos. Devido a esta estratégia de gestão do património cultural, será possível no futuro a revitalização e a salvaguarda deste património às comunidades, permitindo assim, um desenvolvimento próspero.

Palavras-Chave: património cultural, desenvolvimento local; turismo, cultura judaica

Abstract

Jewish presence in the territory that formed Portugal for over eight centuries has been debated a lot among historians, as the start of the settlement process of these people is surrounded by some controversy. The existence of traces are very few, but in any case, thanks to the studies in the last decades, it is possible to prove Jewish presence in Portugal much before the birth of our kingdom, in the XII century.

The Edit of the Spanish expulsion of 1492 in the times of the Catholic Kings has increased the number of Jews in Portugal considerably, with the arrival of thousands of Spanish Jews. With its long land border with Castela, Portugal becomes an obvious refuge for this community. There were periods of social and economic prosperity here. However, the Jews were also targets of persecution reinforced by the Edict of the expulsion of 1496. The Establishment of the Inquisition in Portugal, in 1536, signalled the beginning of a repression even more active and fierce.

Castelo de Vide was one of the point of entries of Jewish migrations from Leão and Castela and there is news of a group of Jews in the XIV century. After 1496, there were some families that stayed and who converted to Christianity. It is visible all over the region heritage with typical Jewish marks, buildings that tell its story and customs, and traditions that are still alive in some places. The revitalisation of this cultural heritage as a factor for growth and development and consequent valorisation of Portuguese history becomes more and more extremely important. Castelo de Vide is inserted in the Jewish Route. It is an initiative that facilitates the public a journey through the history of Jewish culture. This town promotes a range of programming activities that aim to stimulate and activate people's contact with Portuguese Judaism and through its visitors promote its heritage around the world. Tourism in Castelo de Vide has increased in the last years. As a result of this management strategy of cultural heritage, it will be possible in the future the revitalisation and the protection of this heritage to communities, thus allowing, a prosperous development.

Key Words: cultural heritage, local development, tourism, Jewish heritage

Índice Geral

Agradecimentos.....	2
Resumo	3
Abstract	4
Introdução.....	11
Capítulo I – Turismo e Cultura.....	16
1.1 Evolução Histórica do Turismo.....	17
1.2 O Turismo em Portugal	21
1.3 Turismo e Desenvolvimento Regional	22
Capítulo II – Património e Legado Cultural	25
2.1 O Conceito de Património	25
2.2 Turismo Cultural e Património	28
2.3 Antecedentes Históricos do Turismo Cultural	30
2.4 A Relação Turismo - Património.....	31
2.5 As Consequências do Turismo Cultural – Aspectos Positivos e Negativos.....	32
Capítulo III - O Judaísmo em Portugal.....	35
3.1 Expulsão ou Integração?.....	38
3.2 A Inquisição em Portugal	44
3.3 As Judiarias	49
3.4 Os Ofícios dos Judeus	52
3.5 Os judeus portugueses no século XX / XXI.....	56
Capítulo IV - O Legado Judaico em Castelo de Vide	59
4.1 A Vila de Castelo de Vide	59
4.2 Caracterização da Zona	61
5 O Património	63
6 Arquitectura Religiosa.....	64
7 Arqueologia.....	64
8 A Gastronomia	66

9	Licores	67
10	Passeios Pedestres	68
11	Artesanato	68
12	Feiras, Festas e Romarias	69
13	O Roteiro Judaico	69
13.1	A Judiaria.....	70
13.2	A Sinagoga	71
14	A Fonte da Vila	76
	Capítulo V – Resultados	80
5.1	Análise dos Resultados dos inquéritos	80
	Conclusão	88
	Bibliografia	90
	Anexo 1: Localização Geográfica de Castelo de Vide	108
	Anexo 2: Questionário em Inglês	109
	Anexo 3: Breve Nota Biográfica de Carolino Tapadejo	110

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Alojamento e Restauração em Castelo de Vide	67
Tabela 2: Evolução do número de turistas em Castelo de Vide	85
Tabela 3: Evolução do número de entradas na Sinagoga	87

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição das respostas por nacionalidades	80
Gráfico 2: Distribuição das respostas por idades	81
Gráfico 3: Distribuição das respostas por religião	81
Gráfico 4: Distribuição das respostas por ida a Castelo de Vide	82
Gráfico 5: Distribuição das respostas por tipo de conhecimento da região	83
Gráfico 6: Razões de visita a Castelo de Vide.....	84
Gráfico 7: Distribuição das respostas por intenção de voltar a Castelo de Vide.....	85
Gráfico 8: Evolução do número de turistas em Castelo de Vide.....	87

Índice de Fotografias

Fotografia 1: Rua Bartolomeu Álvares da Santa	95
Fotografia 2: Vista Panorâmica de Castelo de Vide.....	95
Fotografia 3: Antiga Judiaria de Castelo de Vide.....	96
Fotografia 4: Antiga Judiaria em Castelo de Vide	96
Fotografia 5: representação duma Menorah	97
Fotografia 6: Marcas Arquitectónicas Judaicas.....	97
Foto 7: Portas Ogivais	98
Foto 8: Desenho de um sapato numa ombreira de porta	98
Fotografia 9: Sinagoga Medieval em Castelo de Vide	99
Fotografia 10: Fonte da Vila, situada no Largo Frederico Laranjo	99
Fotografia 11: Fonte da Vila, situada no Largo Frederico Laranjo	100
Fotografia 12: Loja de Souvenirs em Castelo de Vide.....	100
Fotografia 13: Loja de Souvenirs em Castelo de Vide.....	101
Fotografia 14: Alojamento local em Castelo de Vide	101
Fotografia 15: Sinalética em Castelo de Vide	102
Fotografia 16: Tabernáculo que se encontra no interior da Sinagoga Medieval	102
Fotografia 17: Hanukiah no interior da Sinagoga Medieval	103
Fotografia 18: Chave que foi devolvida a Castelo de Vide.....	103
Fotografia 19: Martelo do século XV oriundo de Toledo	104
Fotografia 20: Oficina Museu do Mestre Carolino	104
Fotografia 21: Oficina Museu do Mestre Carolino.....	105
Fotografia 22: Futuro Centro de Interpretação Garcia de Orta em Castelo de Vide	105
Fotografia 23: Futuro Centro de Interpretação Garcia de Orta em Castelo de Vide	106
Fotografia 24: Gastronomia de Castelo de Vide – Migas de Batata com Entrecosto ..	106
Fotografia 25: Gastronomia de Castelo de Vide – Sarapatel.....	107

Lista de Abreviaturas

GEP – Grupo Europeu do Património.

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Introdução

O turismo é um fenómeno global, mas as viagens têm provavelmente o seu início quando o homem foi dando conta da existência de realidades que estavam além para lá do meio que vivia. As viagens foram-se tornando frequentes por motivos vários e também por curiosidade. A deslocação de pessoas com a intenção de ver novos locais, outras pessoas, novas emoções, através da descoberta e do contacto com outras culturas tem vindo a ganhar força nas últimas décadas e um destaque cada vez mais forte no sector do turismo internacional, principalmente na Europa. O património cultural em conjunto com uma gestão e programação eficientes, dá um contributo sem igual ao seu desenvolvimento social cultural e económico.

A região de Castelo de Vide tem um imenso património e por toda o local sente-se a sua cultura, o seu passado e a sua identidade. Neste trabalho chama-se a atenção do leitor para um dos mais preciosos bens deste território, ainda pouco explorado, que é o património judaico.

O legado judaico deixado pelos judeus nesta vila alentejana é inegável. Por toda a região podem-se observar edifícios com marcas arquitectónicas judaicas e existem ainda hoje tradições que remontam a esse passado longínquo. Todas estas manifestações com base no passado devem representar um dos principais recursos da região. Uma boa gestão dos recursos juntamente com uma boa programação pode efectivamente trazer mais valias para Castelo de Vide.

Vai-se tentar perceber em que medida o turismo se transformou numa oportunidade de desenvolvimento para o local e fazer uma contextualização da avaliação do potencial turístico do local.

Nas últimas décadas falar de turismo em Portugal tinha que ver com sol e praia e os turistas vinham à procura destes elementos no nosso país. Porém, a cultura e o património começaram a destacar-se nos últimos anos como importantes recursos para o turismo. O aumento do turismo cultural é uma resposta às características duma nova sociedade sedenta de conhecimento, ao mesmo tempo, um sinal de esperança, pelas novas perspectivas de desenvolvimento, em relação aos lugares com relevância patrimonial. Há cada vez mais a procura das origens, do passado e da identidade dos povos.

O turismo tem um potencial enorme e cada vez mais reconhecido pelos benefícios que fomenta na força económica das comunidades.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na investigação e trabalho de campo através do qual se registaram os vestígios patrimoniais apresentados, na recolha de bibliografia e documentação relacionadas com o tema. Bem, como o estudo e análise dos conceitos de turismo, património e legado cultural e judaísmo em Portugal. Também foi conduzida uma entrevista a Carolino Tapadejo, antigo presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide e distribuíram - se questionários aos visitantes desta vila alentejana.

Vamos analisar um determinado território que se assumirá como o caso de estudo e tentar-se -á, dentro do possível, perceber se o vasto legado judaico em Castelo de Vide é um factor determinante para a procura turística. Nesta pequena vila “respira-se” o passado judaico, em cada rua, em cada canto encontra-se vestígios deste passado.

O património cultural é reconhecido como um bem de enriquecimento das gerações futuras e este património deve ser submetido a medidas de gestão e programação que o resgatem e o salvaguardem.

Se antigamente o património era simplesmente a recuperação de um determinado bem material, hoje é a a recuperação de uma identidade que pelo seu valor representa um testemunho de gerações anteriores que necessita de ser preservado. A Sinagoga de Castelo de Vide é um sinal de demonstração de que a recuperação do património poderá funcionar com o catalisador de diversos sectores, como o sector económico ou / e turístico. No entanto, não basta recuperar o património, é necessário garantir toda a sustentabilidade, através de uma série de acções que possibilitem uma relação adequada entre turismo e património.

Pretende-se analisar os principais impactes turísticos após recuperação da Sinagoga e a integração de Castelo de Vide na Rota das Judiarias.

Esta dissertação está estruturada em 5 capítulos distintos. No primeiro, realiza-se um enquadramento teórico no qual se sistematizam as áreas de estudo que se pretendem abordar, realçando-se os objectivos que se pretendem prosseguir e a metodologia de estudo utilizada. É apresentada a descrição da metodologia utilizada, os inquéritos por questionário e entrevista.

No segundo capítulo apresenta-se a caracterização e a evolução do turismo no nosso país.

No terceiro capítulo reflecte-se sobre o património e legado cultural em Portugal.

O quarto e quinto é dedicado aos momentos fortes do judaísmo em Portugal. O capítulo cinco debruça-se sobre o caso de estudo da vila de Castelo de Vide. É feito um enquadramento do território e uma apresentação dos vestígios judaicos neste local. Segue-se a apresentação das conclusões verificadas assim como algumas recomendações.

Em relação à metodologia utilizada neste trabalho, a principal questão à volta da qual se desenvolve esta investigação é perceber se o legado judaico em Castelo de Vide é um factor determinante para a procura turística.

Estando a resposta principalmente junto dos visitantes, entendemos que seria adequado actuar junto destes, através da aplicação de um inquérito por questionário.

Temos de ter em conta as limitações para fazer este tipo de abordagem (inquéritos). A maioria dos grupos que chegam a Castelo de Vide são acompanhados por um guia intérprete e estes muitas vezes não são muito cooperativos pois não querem “incomodar” os grupos, portanto, apenas inquirimos uma parte dos visitantes. Tivemos algumas dificuldades na aderência à resposta do questionário.

Também foi feita uma entrevista ao Sr. Carolino Tapadejo, antigo presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide e reconhecido como um dos principais impulsionadores do turismo em Castelo de Vide. Foi durante o seu mandato que foi reconstruída a Sinagoga deste local. Foi feita uma entrevista semi – dirigida ao Sr. Carolino em Outubro de 2016 que teve a duração de pouco mais de uma hora.

Foi realizada uma entrevista semi - dirigida pois segundo Fortin (2009)¹, “o investigador recorre à entrevista semi - dirigida nos casos em que deseja obter mais informações particulares sobre o tema. A entrevista semi - dirigida é principalmente utilizada nos estudos qualitativos, quando o investigador quer compreender a significação ou de um fenómeno vividos pelos participantes. Neste tipo de entrevista, o entrevistador determina uma lista de temas a abordar, formula questões respeitantes a estes temas e apresenta-os ao respondente numa ordem que ele julgue apropriado.”

Esta entrevista foi muito importante, pois não só permitiu que se construísse o questionário, como também validou desde logo o seu conteúdo. Apesar disso, como referimos adiante também se aplicou um pré-teste.

Além disso, pelo perfil do entrevistado e pelas funções que desempenhou esta entrevista possibilitou obter dados adicionais muito importantes sobre a temática em estudo e que mais à frente serão transcritos e descritos na análise mais detalhada.

Complementarmente também tivemos acesso a informação estatística de Castelo de Vide, como o número de visitantes portugueses e estrangeiros de 2006 a 2014 e as entradas na Sinagoga de 2009 a 2015.

Mais em detalhe, tendo por base os objectivos focados, optámos por realizar, em termos de componente empírica da nossa investigação, um inquérito por questionário aplicado aos visitantes de Castelo de Vide. O nosso universo coincidiu com os visitantes de um qualquer destino, retirando deste uma amostra e aplicando o inquérito por questionário.

Para chegar ao nosso público alvo, escolhemos fazer a aplicação dos questionários depois de cada visita de grupo em Castelo de Vide. Os visitantes são, sem excepção aqueles que não são residentes, sendo então os alvos da nossa recolha de informação para desenvolvimento deste projecto de investigação.

No caso de estudo em causa, optamos por uma combinação de questões abertas e fechadas para obter informação qualitativa para complementar e contextualizar a informação quantitativa.

Os questionários foram elaborados tendo como preocupação a incorporação dos seguintes critérios:

¹ Fortin, Marie – Fabienne; Côte, José; Filion, Françoise, 2009, p. 377

- Ter questões essenciais e simples;
- Permitir uma resposta rápida por parte dos visitantes;
- As questões serem simples, directas e de fácil compreensão

Para a construção do questionário procurou-se:

- Saber exactamente o que se pretende questionar;
- Garantir que as questões não tenham uma interpretação ambígua;

Relativamente aos tipos de questões a utilizar optou-se por:

- Questões abertas
- Questões fechadas (resposta previamente definida)

É de destacar que foi feito um pré-teste relativamente aos questionários a aplicar, tendo-se concluído que os mesmos estavam em conformidade, pois não surgiram por parte dos 10 respondentes quaisquer questões significativas.

O questionário foi dividido em duas partes: uma ligada directamente ao tema da investigação (e.g., religião do visitante, entrada na sinagoga), e uma segunda parte com indicadores demográficos que permitiram traçar um perfil do visitante (e.g., nacionalidade, idade).

Foram distribuídos questionários durante o período de março a julho de 2016 e conseguimos recolher 77 questionários.

Com os resultados das respostas dos dois métodos escolhidos para recolher informação, questionários e entrevista, reflecte-se sobre os resultados tentando responder às questões sobre o motivo das visitas de grupos a Castelo de Vide. Pretendemos saber se a herança judaica deste local é um dos motivos para a sua visita por parte dos grupos.

Capítulo I – Turismo e Cultura

A actividade que começou associada à própria história da humanidade, o turismo é considerado, por muitos, como uma mais valia para o desenvolvimento económico e social dos países. A receita turística é sem dúvida um dos principais benefícios que a actividade proporciona ao desenvolvimento económico de qualquer país e na captação de divisas estrangeiras.

Na segunda metade do século XX, “a incorporação do turismo nas estratégias de desenvolvimento das cidades surge inicialmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América, espalhando-se rapidamente por muitos outros espaços urbanos do continente europeu, acompanhando a promoção do seu património cultural e monumental e tendo por objectivo primordial facilitar o aparecimento de mecanismos de dinamização das economias em crise, quer das suas funções económicas tradicionais, nomeadamente industriais e portuárias, quer pela existência de bairros e espaços degradados, quer ainda por possuírem estruturas subutilizadas ou claramente inadequadas às significativas mutações dos gostos e práticas dos visitantes e turistas.”²

Após a segunda Guerra Mundial, com o acesso aos meios de transporte, mais económicos, e o alargamento das férias obrigatórias, surgem posteriormente as companhias aéreas low-cost. Com a evolução do turismo, começa também a haver uma grande competitividade entre os principais destinos turísticos e começa-se a entender que a actividade turística não era um simples agente dinamizador, mas sim, um conjunto complexo de factores e condicionantes.

Este processo não foi fácil e demorou bastante até a população começar a usufruir destas pequenas – grandes conquistas, aliás: “apesar de algumas conquistas sociais do movimento operário durante o século XIX terem proporcionado sucessivas reduções do tempo dedicado ao trabalho e, já durante as primeiras décadas do século XX, se começar a avaliar positivamente o tempo de não trabalho, quer do ponto de vista terapêutico quer mesmo económico, somente a partir dos anos 50 o tempo livre se começa a sobrepôr ao tempo de trabalho nas prioridades individuais.”³

² Henriques, Cláudia, 2003, p. 11

³ Ferreira, Carlos Cardoso, 2006, p. 41

“A expansão do turismo com o crescimento da população e o aumento da riqueza no século XVIII foi estimulada por determinantes clássicos da demanda- lazer, tempo, dinheiro e interesse - ou o que é agora denominado como preferência do consumidor. Com o advento da tecnologia industrial, o surgimento de viagens baratas e seguras, com uma redução considerável do tempo da jornada, teve um efeito estrondoso na vida da população inglesa e de outros países da Europa.” ⁴

Todos estes avanços na Europa eram motivo de orgulho e o velho continente fervilhava em confiança e” estes avanços passaram a constituir uma razão para a afirmação e o orgulho dos europeus que teve a sua expressão mais visível nas Exposições de Paris de 1885, quando foi inaugurada a Torre Eiffel, e na de 1900, consagrada ao triunfo da ciência e da tecnologia. A Europa vivia um período de confiança e de optimismo que passou a reflectir-se nos comportamentos sociais e alterou os hábitos individuais.” ⁵

A Europa torna-se o destino turístico por excelência e “foi responsável por receber em 1960 73% do total de turistas de todo o mundo.” ⁶

1.1 Evolução Histórica do Turismo

Há muito que se vem reconhecendo o papel chave do turismo na economia internacional e nacional quer seja, pelas contribuições que traz para o emprego, para a balança de pagamentos e para o desenvolvimento do país. A situação actual de Portugal exige que o turismo ainda se torne mais decisivo e importante. Com vários problemas que se aguçaram depois da crise há alguns anos atrás, a contribuição do sector turístico terá de assumir uma relevância estratégica no futuro do país.

O turismo só surge, todavia, enquanto actividade económica organizada, já no final do século XIX mas” o desejo de viajar, de conhecer novos povos e civilizações, foi sempre omnipresente na história do homem.” ⁷

Na fase inicial do turismo o turismo não tinha quaisquer motivos culturais, raro certas excepções, “na sua fase clássica o turismo apresentava-se já como uma resultante da

⁴ Lickorish, Leonard J.; Jenkins, Carson L.,2000, p. 21

⁵ Cunha, Licinio, 2012, p.32

⁶ Lickorish, Leonard J.; Jenkins, Carson L., 2000, p. 40

⁷ Idem, p. 35

livre deslocação das pessoas de terra para terra, dentro do mesmo país, ou para outras regiões fora dos limites fronteiriços, tendo como principal objectivo o alimento da curiosidade, o gosto da aventura e a atracção do belo e do desconhecido. Na sua fase moderna os economistas reconheceram-lhe outros merecimentos.”⁸

No início do século XV, Portugal dispunha de condições favoráveis para a estabilização e a solução encontrada de acordo com as ambições desse tempo, nos Descobrimentos, na expansão ultramarina. Situado no extremo ocidental da Europa, com uma extensa costa banhada pelo oceano Atlântico, o país dispunha de condições naturais capazes de despertar o interesse dos seus habitantes pelas actividades além mar.

No início da Epopeia Marítima estaríamos longe de imaginar a importância deste período na história mundial. Pode-se afirmar que os portugueses iniciaram a globalização do mundo pois, “os descobrimentos portugueses dão origem a uma nova era para o mundo, conquistando os mares e alargando o mundo conhecido.”⁹

“As primeiras descobertas dos portugueses, seguidas das grandes viagens dos espanhóis, ingleses, franceses e holandeses, transformaram o mundo e permitiram a universalização das viagens. Tinha chegado uma nova era para o mundo e para as viagens.”¹⁰

Durante o século XVI Portugal está no auge da sua história, da sua cultura e da sua riqueza. A melhor tecnologia do mundo chegava de Portugal até aos mais recônditos pontos do Globo, devido aos conhecimentos náuticos e científicos. Contudo, não devemos esquecer que desde a Antiguidade, Portugal foi habitado por diferentes povos que já possuíam conhecimentos náuticos e do contacto com esses povos, receberam os portugueses as primeiras noções de navegação.

“Os portugueses ilustraram-se nas técnicas geográficas e de navegação, no conhecimento dos continentes e das sociedades africanas, asiáticas e americanas, e na literatura histórica e de viagens sobre a sua própria expansão.”¹¹ Nesta altura as navegações deram um impulso às viagens de longo curso.

⁸ Costa, Jorge Felner da, 1957, p. 13

⁹ Matias, Álvaro, 2007 p. 38

¹⁰ Cunha, Licínio, 1997, p. 64

¹¹ Mata, Eugénia; Valério, Nuno, 1994 p. 101

Pode-se afirmar que as viagens a lazer tiveram seu início no final do século XVIII e no início do século XIX e as “grandes mudanças da sociedade, nos estilos de vida, na indústria e na tecnologia estavam alterando a comunidade. Há momentos na história de excepcional mudança e de expansão significativa. O século XIX testemunhou uma enorme expansão económica, seguida de uma revolução industrial e científica ainda maior na segunda metade no século XX. O turismo foi o maior beneficiário, tornando-se, no final do século, a maior indústria do mundo.”¹²

É também na segunda metade do século XVIII que foi inventada a máquina a vapor que desencadeou, um pouco mais tarde, a Revolução Industrial. Com a industrialização, as paisagens nas cidades também sofrem modificações e muitas pessoas com mais poder económico começam a viajar para ambientes mais calmos e sem tanta poluição.

Também, não se pode esquecer que o desenvolvimento das linhas de ferro no século XIX, ajudou e muito, o desenvolvimento da atividade turística.

O problema da definição representa uma dificuldade séria e contínua para os analistas do turismo. Avaliar uma área tão rica e complexa que se desenvolveu tanto nos últimos anos não será tarefa fácil. Uma ideia já anteriormente divulgada por Baptista (1990) que afirma que, “como fenómeno humano, o turismo é rico, complexo e polivalente.”

Hoje em dia também “o turismo resulta fundamentalmente do lazer.”¹³

O turismo está a tornar-se numa actividade que, “além dos aspectos económicos, tem de passar a dar mais atenção e englobar os aspectos não materiais da vida: os valores humanos, o fortalecimento da cultura, a preservação do património cultural. O crescente interesse dos turistas pelos valores patrimoniais, históricos e culturais veio contribuir para se dar ênfase às medidas de conservação e salvaguarda do património arquitectónico, promovendo não só o alargamento da sua área de incidência, dos monumentos, ao conjunto do tecido urbano mais antigo, mas também a avaliação dos esforços nela dispensados; mais do que um custo social, este tipo de acções passou a representar sobretudo um investimento; a atribuição de significado patrimonial àqueles conjuntos urbanos e o crescente cuidado despendido na sua preservação e valorização

¹² Lickorish, Leonard J.; Jenkins, Carson L., 2000, p. 26

¹³ Cunha, Licínio; Abrantes, António, 2013, p. 1

vieram acentuar, por seu turno, a atractividade e a utilização turística dos centros históricos.”¹⁴

Face ao exposto, conclui-se que todas as definições de turismo são válidas, mas sendo um agente tão complexo, também se constata que qualquer definição revela-se incompleta e ambígua.

Em comparação com outros países Portugal tem inúmeras vantagens, quer seja a sua localização geográfica ou o clima de paz e tolerância, para isso “há que promover a **qualidade** do nosso turismo, assegurar a sua **competitividade** através de uma politica coerente, e defender intransigentemente o “património turístico” nacional, que compreende recursos naturais e culturais, os quais constituem o argumento base para a definição de uma politica turística e para a concepção do modelo de equipamentos turísticos a fomentar.”¹⁵

As oportunidades de trabalho, o desenvolvimento de infra - estruturas, a diversificação da economia, a preservação do património, o aumento das receitas locais, são apenas alguns dos elementos positivos face ao turismo, mas não podemos esquecer que também pode gerar factores negativo, tais como, a dependência económica, a inflação, a possível degradação do ambiente, problemas de trânsito e de transportes. Os contactos entre diferentes povos, com modos de vida muito diferentes são susceptíveis de influências e pode perturbar os padrões e estilos de vida dos habitantes das regiões visitadas. Daí pode resultar, muitas vezes, a deterioração de hábitos, costumes e tradições. As politicas de desenvolvimento têm de tentar evitar que esta deterioração aconteça.

Apesar de todos os impactos, positivos e negativos, esta é uma actividade que pode beneficiar a sociedade e a economia, se for bem gerida. É fundamental e necessário, uma gestão eficaz e planeamento das politicas de desenvolvimento.

¹⁴ Henriques, Cláudia, 2003, p. 55

¹⁵ Desenvolvimento e Turismo, 1999, p. 97

1.2 O Turismo em Portugal

Actualmente, Portugal é considerado como um dos principais destinos mundiais, uma posição que tem se vindo a afirmar, principalmente, nos últimos anos. Nem sempre foi assim. No início do século XX, originado pelo desenvolvimento económico e tecnológico, houve uma verdadeira popularização das viagens, mas ao contrário do que se passava lá fora, Portugal foi marcado por sucessivas crises, que findou com uma ditadura. Durante esta, o país a economia foi tentando recuperar, mas a um ritmo lento e que nos afastava muito dos restantes europeus.

As condições existentes em Portugal não eram as ideais para a prática do turismo e para a maioria dos portugueses seria impossível passar férias fora de casa.

Contudo, Portugal descobriu cedo o seu potencial e a importância do turismo, mas “só adoptou medidas para a sua promoção após o desenvolvimento deste, nos restantes países europeus da orla mediterrânica, ter atingido uma dimensão económica relevante. As condições naturais e climatéricas existentes, o elevado grau de competitividade em termos de preços de que disfrutava, o sentido de hospitalidade do seu povo e a peculiaridade da sua cultura eram factores que favoreciam o desenvolvimento do turismo como actividade económica estruturada.”¹⁶

Por altura da revolução de 1974,” as entradas anuais de turistas estrangeiros em Portugal ultrapassavam já o milhão (tendo diminuído em 1975 por efeito da instabilidade pós-revolucionária), valor que garantia um nível de procura de tendência crescente e, só por si, suficiente para estimular uma resposta por parte da oferta, a qual reuniu uma vertente qualitativa e outra quantitativa”.¹⁷

“Uma vez ultrapassada a recessão que surge associada ao período pós – revolucionário, no final da década de 1970, concretamente em 1979, é atingido um novo máximo de entrada de turistas estrangeiros – 2,255 milhões- começando aí, verdadeiramente, a retoma do crescimento do sector turístico, que foi, de resto, a primeira actividade económica a reagir à sucessão pós – revolucionária. Foi contudo “na década de 80 que se verificou a maior aceleração das entradas de turistas, tendo-se registado, na década de 90, uma acentuada desaceleração, em particular, até 1997. A partir daí voltou a registar-se uma retoma do seu crescimento não permitindo, contudo, manter as taxas médias

¹⁶ Cunha, Licínio, 1997 p. 88

¹⁷ Matias, Álvaro, 2007 p. 55

anteriormente registadas. Nos primeiros anos do novo milénio a evolução teve um sentido claramente regressivo, mas nos anos de 2006 e 2007 registaram-se taxas de crescimento muito positivas, que permitiram alcançar o mais elevado valor de entrada de turistas registado até então. Não obstante, a evolução dos últimos 10 anos é reveladora de um crescimento incerto e não sustentado.”¹⁸

Portugal precisa de desenvolver todas as regiões e o que se observa actualmente, é que ainda está muito dependente do Algarve, Lisboa e Madeira. Estas regiões apresentam um problema que ainda não foi resolvido, que é a sazonalidade. A sazonalidade é um elemento que afecta a capacidade de desenvolvimento, mas ao mesmo tempo, pode ser uma motivação para encontrar novas soluções, novos nichos de mercado. É o caminho para a inovação.

Por isso, Matias (2007) alerta para que “se esta realidade justifica uma aposta institucional e empresarial no sector turístico, justificará também, da parte da ciência económica, um maior contributo para a compreensão do fenómeno turístico, uma vez que quanto melhor conhecermos a realidade dos mercados, melhor poderemos actuar sobre eles.”¹⁹

1.3 Turismo e Desenvolvimento Regional

Durante muitos anos, a grande parte da população activa em Portugal trabalhava na agricultura. Com a possibilidade de ganhar mais nas grandes cidades, torna-se necessário promover políticas que evitassem que as pessoas deixassem o campo para irem para a cidade. As desigualdades regionais, eram e em certa medida, ainda são uma das grandes preocupações políticas. É vital a criação de mais emprego nessas regiões.

Após a revolução de Abril surge um novo espírito de gestão e inovação que “acompanhando de perto o fenómeno da *dinâmica local* de base municipalista que, de lés a lés, galvanizou o país profundo, sacudindo a avassaladora pressão dirigista e centracionária do Terreiro de Paço, firmada com o anterior regime. Este desabrochar regionalista surgiu também pela imperiosa necessidade de oxigenar e ramificar a oferta turística portuguesa através da apresentação de sub – espaços amplos e homogéneos

¹⁸ Cunha, Licínio; Abrantes, António, 2013, p. 146

¹⁹ Matias, Álvaro, 2007, p.59

que, por um lado, contrariassem o monolitismo do triângulo clássico Lisboa-Algarve-Madeira e, por outro, redimensionassem a envergadura da orgânica local. “²⁰

Esta tendência do triângulo clássico manteve-se em Portugal, quase até aos dias de hoje.

Para Gonçalves (2010), “algumas regiões do interior de Portugal apresentam fracos sinais de despovoamento aos quais se associam níveis elevados de desinvestimento, dependência e reduzida dinâmica económica, associada à incapacidade de crescimento dos sectores secundário e terciário. Estes ciclos de desinvestimento originam economias deprimidas, podendo acentuar-se também uma crise de identidades “²¹e, “neste contexto “o turismo pode assumir um protagonismo, ao proporcionar o aparecimento de novas actividades que estimulem um maior respeito e admiração pela paisagem natural, pela flora e fauna e pelos diversos modos de vida. Para este efeito, a salvaguarda e reanimação dos centros históricos das vilas e aldeias devem constituir uma das principais preocupações dos diferentes sectores, quer institucionais quer privados. “²²

Hoje em dia existem cada vez mais investimentos voltados para a cultura e para a melhoria do nível sociocultural das populações. Na actividade turística tem-se verificado um reforço dos valores de cada região, e a promoção da cultura e do património local. Esta actividade pode-se converter numa mais valia para o desenvolvimento local.

Segundo Ferreira (1983) “a primeira medida, que condiciona todas as mais é a promoção e divulgação do conhecimento desse património que é o mesmo que conhecer-nos a nós mesmos, conhecer o mundo que nos rodeia, nos condiciona e modela, que tão ligado está à nossa gente e só este conhecimento permite: identificar-se com o universo de que se faz parte.”²³

“A promoção deste conhecimento supõe várias medidas complementares, uma delas é o *levantamento e classificação* de todas as formas, elementos e actividades culturalmente significativos da região. Este levantamento, devidamente instruído, publicado e divulgado é condição prévia essencial para uma actuação criteriosa, quer directamente sobre o património, quer indirectamente sobre sectores cujas actividades muito podem afectar esse património. A segunda medida genérica, da maior importância para a defesa

²⁰ Pina, Paulo. In vários, 1988, p. 189

²¹ Gonçalves, António Costa. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, p. 319

²² Idem, p. 320

²³ Ferreira, José M.C, 1983, p. 139

e preservação do património, é a *promoção do seu uso*: é o melhor modo de o preservar. Uma terceira medida em ordem à defesa do património cultural, que poderíamos considerar um corolário das medidas anteriormente apontadas, consiste numa *acção de educação e promoção da consciência e utilização* desse património local.”²⁴

Se todas estas medidas e iniciativas fossem cumpridas com rigor decerto seria mais fácil corrigir todas as desigualdades.

Ao longo do século XX, o turismo tem vindo a demonstrar um progresso significativo. A crescente curiosidade de conhecer novos povos, novas culturas, tem contribuído para o não esquecimento de muitas regiões e tradições, que muitas vezes já estariam fora dos circuitos turísticos. O desenvolvimento destas regiões é muito importante para a recuperação e conservação do património. A sua evolução deve passar pelo desenvolvimento do turismo sustentado, assente na preservação e valorização do património natural. Sendo este tipo de turismo bastante procurado de momento, torna-se muito importante que se tomem as medidas certas para a recuperação e valorização do património, pois de contrário, corre-se o risco de perdermos património riquíssimo para sempre. Com este património deve-se basear toda uma estrutura de desenvolvimento ponderada e racional.

O desenvolvimento da actividade turística numa determinada região ao nível local deverá ser enquadrada no âmbito de um esforço conjunto para a promoção do local, mas também, promover a qualidade de vida dos habitantes. Muitas vezes, os impactos do turismo não são apenas sentidos pelos turistas, mas também e principalmente pelos seus habitantes.

²⁴ idem, p. 140

Capítulo II – Património e Legado Cultural

2.1 O Conceito de Património

No mercado do turismo, há a crescente preocupação em oferecer novos produtos, novos lugares. Existe, uma componente fortemente competitiva entre os vários países e alguns produtos, como o sol e praia, começam a estar saturados. Para o tipo de turismo com outras motivações culturais, há que ter respostas eficazes. É neste contexto, que o turismo cultural vai ganhando cada vez mais adeptos e os promotores de turismo começam a diversificar a sua oferta.

Falar em património hoje em dia está na moda, “efectivamente, um pouco por toda a parte, vemo-nos confrontados com esta ideia, tanto no âmbito particular como no institucional e defender o património tornou-se uma necessidade geral, quer a nível politico como moral.”²⁵

Falar do património é uma tarefa bastante complexa pois é, um conceito muito amplo. Mas não há dúvida que para entendermos melhor a nossa cultura e a nossa identidade, temos de compreender o que é património cultural.

A noção que se tem hoje de património não será a mesma que se teria há anos atrás, o património é algo que vai sofrendo mudanças durante as várias épocas. Se há umas décadas atrás, o património eram apenas os monumentos, as igrejas, entre outros, hoje o termo património é mais abrangente onde está incluído, por exemplo, manifestações não materiais e não tangíveis.

Existem inúmeras designações para património. Para Gonçalves (2003) a palavra património “surge na sua origem associada ao conjunto de bens de pertença familiar, assumindo hoje uma noção totalmente diferente. Em séculos passados, este termo possuiu uma dimensão quase sagrada, mas produziram-se novos paradigmas conceptuais no domínio da Cultura e do Património.”²⁶

Património também pode representar aquilo que se quer guardar. “É o conjunto de coisas de valor que se herdou, pelo que património e identidade estabelecem uma

²⁵ Pinto-Coelho, Maria João, 1997, p. 23

²⁶ Gonçalves, Alexandra Rodrigues, 2003, p. 35

relação estreita. O valor pode ser pessoal (pouco frequente) ou comunitário, mas deve ser sempre contextualizado em termos de conhecimento de valores culturais. “²⁷

Nos últimos anos, houve um aumento das viagens com motivação cultural, sendo assim, “tem como consequência a alteração das próprias concepções do turismo. Na verdade, durante muitas décadas foi enfatizada a importância económica do turismo (as receitas, o emprego, o efeito multiplicador) mas actualmente, começa a ser encarado em função de outras preocupações dentre as quais se destacam as ambientais e as culturais.”²⁸

Antes da Proclamação da República em 1910 “a propaganda já apontava no sentido da necessidade de resolver o grave problema cultural do país e é sabido “que os governos monárquicos após 1820- e mesmo antes- se tinham preocupado com a questão. “²⁹ Por isso e no seguimento desta vontade “em 28 de Fevereiro de 1906, era aprovada, em histórica assembleia reunida na Liga Naval de Lisboa, a constituição da *Sociedade Propaganda de Portugal*. Em 4 de Julho seguinte, a Sociedade recolhia a aprovação governamental dos seus estatutos, dando-se então início, para – oficialmente às primeiras actividades institucionais do turismo portugueses.” ³⁰

Em toda a Europa, o início do século XX foi marcado pelo aparecimento de de novos movimentos artísticos que pretendiam romper com o passado. Este movimento também se manifestou em Portugal e intensificou-se no período Republicano. Além das mudanças culturais, foi também nesta altura que se verificam grandes mudanças na ocupação dos tempos livres.

Criam-se museus regionais e começa a haver um interesse em melhorar os já existentes e “a partir das bases legislativas promulgadas em 1911, vão ser criados ou reestruturados museus regionais que ficarão, a partir desta data, subordinados ao poder central, como que para garantir a sua continuidade.” ³¹ A propaganda republicana começa a dar frutos e “era também a hora do novo regime republicano provar a si próprio e ao país que as suas promessas, decorrentes dum ideário progressista de abertura ao mundo e à

²⁷ Henriques, Cláudia, 2003, p. 148

²⁸ Cunha, Licínio, 2003, p. 228

²⁹ Marques, A.H. de Oliveira, 1998, p. 356

³⁰ Pina, Paul. In vários, ,1988, p. 15

³¹ Moreira, Isabel M. Martins, 1989, p. 63

modernidade - e que tão badaladas tinham sido na campanha contra a monarquia derrubada – não se haviam resumido ao costumeiro foguetório propagandístico.”³²

O país começa finalmente a sair da escuridão e a dar valor à cultura . Nesta sequência começam a perfilar manifestações culturais e “na arte multiplicaram-se as exposições (sobretudo de pintura) e criaram-se em vários pontos do país museus regionais e locais.”

33

Nesta altura surgem várias revistas, onde as novas tendências artísticas sobressaem e também aparecem as primeiras caricaturas, pois também, era necessário criticar a sociedade.

Mais tarde com o **Estado Novo** há também um insistir nas nossas tradições e uma vontade em enaltecer tudo o que era português e em “nome desta unidade, pretende recuperar os elementos da denominada tradição nacional, localizada nas formas de vida pré-industrial: o folclore, o artesanato, as tradições locais, etc. Define-se por esta via uma identidade através das glórias das figuras, de datas, de costumes arrancados ao passado, como se se tentasse construir uma galeria de imagens heroicas da fundação e da existência da nação. Face à falta de planeamento e programação, Oliveira Salazar propõe a reorganização do aparelho de Estado. Entre outras medidas pretende fazer renascer o património histórico e artístico da nação.” ³⁴

Na altura do Estado Novo também se comemorou vários acontecimentos importantes da nossa História. O ponto alto foi a abertura da Exposição do Mundo Português, a maior até então realizada em Portugal e algo a que os portugueses não estavam habituados. Foi inaugurada em 1940, tinha vários pavilhões temáticos onde o principal objectivo era aprender ainda mais sobre a nossa história, as nossas gentes, os nossos costumes e tradições. A ideia do Estado Novo era assim mesmo, mostrar ao mundo os feitos portugueses, realçando os valores nacionalistas e patrióticos até à exaustão.

³² Pina, Paulo. In vários, 1988, p. 21

³³ Marques, A.H. de Oliveira, 1998, p. 362

³⁴ Moreira, Isabel M. Martins, 1989, p. 64

2.2 Turismo Cultural e Património

Todo o ser humano quando nasce já tem uma herança cultural, com um passado, com vivências que não podem ser apagadas. Somos todos herdeiros de um património cultural. Podemos considerar que o património é a herança que herdamos dos nossos antepassados e que temos a obrigação de o passar para as gerações seguintes.

“La Organización Mundial del Trabajo define el turismo cultural como la posibilidad que las personas tienen de adentrarse en la “historia natural, el patrimonio humano y cultural, las artes y la filosofía, y las instituciones de otros países o regiones”.³⁵

Como refere Carvalho (2010), “a cultura e o património emergem nos últimos anos como recursos turísticos em diversas políticas e intervenções públicas. Estas, por sua vez, configuram importantes âncoras de atração de turistas, visitantes e novos residentes. Ao mesmo tempo, servem de pretexto para a requalificação de lugares e a melhoria das condições de vida das populações, designadamente em contextos de baixa densidade.”³⁶

Segundo o Instituto de Financiamento e apoio ao Turismo “não é por acaso que os grandes grupos que exploram as viagens e o turismo tenham interesse pelo património arquitectónico. O grupo Europeu do Património (GEP) – associação que agrupa a generalidade das organizações profissionais europeias activas na salvaguarda do património cultural- estima que, em termos médios europeus, cerca de 30% das motivações e dos consumos turísticos são induzidos directa e indirectamente pelo património. O estudo do GEP observa um crescimento do turismo cultural, o qual se traduz numa procura mais exigente e mais diversificada. Devido a esta diversificação, as actividades culturais têm vindo a substituir as actividades desportivas e relacionadas com a orla marítima. O crescimento do turismo cultural é determinado pela flexibilidade da procura e o crescimento do público que se interessa pelo património.”³⁷

Com a concepção do património cultural mais vasta e considerado um dos elementos fundamentais à construção duma sociedade o património cultural possibilita a ligação de um grupo social, através da sua identificação cultural, fazendo com que se considerem pertencentes à mesma nação.

³⁵ Hernández, Francisca Hernández, 2002, p. 376

³⁶ Carvalho, Paulo M. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, p. 123

³⁷ Desenvolvimento e Turismo, Ciclo de Debates, 1999, p. 64

O património cultural passou, deste modo a manifestar-se de diversas formas e expressões. Nestas condições, a defesa do património cultural não é considerada um ritual moderno, mas sim, um acto dinâmico num projecto de desenvolvimento, visando a salvaguarda da expressão e da história dos actos sociais de um povo e das suas marcas materiais e imateriais. Testemunhos deixados pelos habitantes das variadas regiões do país, eles definem as culturas locais, legados que serão tanto mais ricos quanto diversificados nas formas de viver e de experimentar a realidade passada e recente.

Não há de encerrar-se, porém, o conceito de património cultural num só aspecto, qual seja, por exemplo, o conjunto de monumentos arquitectónicos. “Os costumes ligados às fainas produtivas, os instrumentos de trabalho, as formas e objectos de cultos religiosos, de instrução ou de recreio, as múltiplas actividades, antigas e tradicionais ou mais recentes, que designamos por “manifestações culturais ou artísticas” (teatro, cantos, danças, feiras, romarias, etc) todo esse acervo integra o património cultural, que engloba o “património artístico”, mas é mais vasto que ele e nada menos importante.”³⁸

Assim, Pinto – Coelho (1997) defende que “a necessidade de recuperar estes valores levou a sucessivas tentativas de delimitar o que pode ser transmissível às gerações seguintes como símbolo de identidade cultural. Assim, surgem ao longo do tempo sucessivos postulados que visam a valorização e salvaguarda do património histórico, embora reflectindo um pensamento teórico sempre demasiadamente lento para preencher as expectativas da realidade cultural construída pelo Homem.”³⁹

“Em 1992 foi criado em Portugal o IPPAR, cujo serviço se destina a promover a salvaguarda e valorização de bens que, pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico ou paisagístico, integrem o património arquitectónico e arqueológico do país.”⁴⁰

O património cultural passou, deste modo, a manifestar-se em diversas formas e expressões culturais antes excluídas.

³⁸ Ferreira, José M.C, 1983, p. 135

³⁹ Pinto – Coelho, M. João, 1997, p. 121

⁴⁰ Gerardo, Romeu; Inácio, Luís; Pinheiro, Elisabete. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, p. 199

2.3 Antecedentes Históricos do Turismo Cultural

“A primeira forma de relação entre turismo e cultura estabelece-se entre o turismo e a arte consubstanciada no designado turismo de arte. Aqui a cultura incorpora o seu significado original e mesmo popular, evocando a capacidade de uma elite erudita e sensível compreender e apreciar as grandes obras artísticas e civilizacionais. A segunda estabelece-se entre o turismo e o património monumental assente no designado turismo patrimonial / turismo de património. A cultura assume aqui uma dimensão mais ampla incorporando para além das actividades artísticas, o património histórico construído. Esta definição abarca a historicidade transformada em património. Está subjacente a ideia de uma herança / património transferido de uma geração para outra. É nesta acepção da cultura que se pode falar de turismo cultural em espaço urbano, concebido a partir da ideia da concentração espacial de recursos”.⁴¹

Henriques (2003), explica que” o turismo cultural começa a ser reconhecido como uma categoria de produto turístico distinta nos finais dos anos 70, com o reconhecimento de que algumas pessoas viajavam especificamente com o objectivo de conhecer a cultura ou património de dado destino.”⁴²

Santos (2010) afirma que “este gosto pelas viagens de cariz cultural é, no mínimo, coincidente com o facto de ter sido, sobretudo, a partir dos anos 70, que a esse processo dinâmico se associam fenómenos que o favorecem, como o desenvolvimento das indústrias culturais e dos media e as orientações da UNESCO em relação ao património. Nessa conjunção, o modelo hegemónico de turismo contemporâneo torna-se uma experiência tão mágica quanto controversa. Se faz *despertar* pequenas comunidades esquecidas pela história que, subitamente, se descobrem detentoras de capitais lúdicos, também sobre ele impende um pessimismo cultural, reflectido nas diversas correntes da crítica da cultura. Ao mesmo tempo que, na era da reinvenção dos espaços locais, cresce a procura turística, afirma-se a preocupação com a preservação dos bens culturais e naturais ameaçados. Daí que a década de 80 incorpore na sua agenda todo um movimento em torno da memória dos povos, do regresso a uma busca identitária,

⁴¹ Henriques, Cláudia, 2003, p. 47

⁴² Idem, p. 48

intensificada nos anos 90, quando se visa consolidar também a noção de desenvolvimento sustentável.”⁴³

2.4 A Relação Turismo – Património

“A cultura e o turismo têm-se afirmado nestes últimos anos como uma grande aposta para qualquer país e / ou região, proporcionando a revitalização de muitas regiões e assegurando o crescimento económico e postos de trabalho, mas não só pois “a cultura e o património emergem nos últimos anos como recursos turísticos em diversas políticas e intervenções públicas. Estas, por sua vez, configuram importantes âncoras de atracção de turistas, visitantes e novos residentes. Ao mesmo tempo, servem de pretexto para a requalificação de lugares e a melhoria das condições de vida das populações, designadamente em contextos de baixa densidade. “⁴⁴

Associado ao património cultural, o desenvolvimento é algo que assume um significado sócio cultural, sendo que aplicado à área cultural, implica um crescimento destas duas áreas. O desenvolvimento é uma consequência que o património cultural produz.

Como explica o arquitecto João Paulo Rapagão (1999), “defendemos, por isso, esta constante que é o património, com respeito pela validade e pela identidade dos valores patrimoniais. Acrescenta ainda que, gostaria de defender a integração do património para turismo ou para qualquer outro destino no dia-a-dia de quem o vive e de quem o visita. Caso a caso, de acordo com cada situação, de acordo com cada localização, podemos, assim, independentemente dos diferentes usos e dos diferentes espaços, acompanhar e garantir a sua evolução, a sua transformação e a sua adaptação a essas novas necessidades e a esses novos desejos contemporâneos. O património mantém-se, assim, actual. Assim recuperar património é produzir património para turismo ou para outro destino.” ⁴⁵

O desejo de usufruir o património cultural constitui cada vez mais uma nobre motivação para fazer-se turismo.” Em resultado da crescente difusão da cultura, é cada vez maior a sua importância como motivação de turismo:

⁴³ Santos, Figueiredo. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, p. 40

⁴⁴ Carvalho, Paulo M. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, p. 123

⁴⁵ Desenvolvimento e Turismo, Ciclo de Debates, 1999, p. 29

- A crescente selectividade por parte das populações hospedeiras
- A cada vez maior sensibilidade em relação ao tipo de turismo que lhes interessa
- A crescente resistência em relação à respectiva massificação
- A crescente resistência entre destinos turísticos procurando todos captar a “nata” dos viajantes

São circunstâncias que apontam numa crescente exigência de qualidade do “produto” fornecido e, logo, de autenticidade desse “produto”.⁴⁶

A valorização e a salvaguarda do património são duas das dimensões que produzem este desenvolvimento, seja a nível cultural ou económico. O património cultural enquanto factor determinante para divulgar a cultura e identidade contribui para a construção da identidade das sociedades, contribuindo para o crescimento e progressão cultural e social.

Gonçalves (2010) realça que, “muitos locais patrimoniais são altamente valorizados pelas comunidades locais e regionais, que se tornam naturalmente suas protectoras. As comunidades desejam desenvolver o turismo, mas também proteger a sua privacidade, e preocupam-se com os feitos que o turismo pode trazer. Há que estabelecer na fase pré-planeamento quais são as necessidades, os interesses e aspirações da comunidade local. Outras das questões fundamentais são: foram tidas em consideração as sensibilidades culturais ou religiosas associadas ao uso e apresentação do local patrimonial? Foram identificados e consultados os líderes da comunidade local? A atracção apresenta a perspectiva da comunidade local? Como pode a população local ter um papel activo na gestão e operação da atracção turística? Como podem ser maximizados os benefícios para a comunidade local? Como podem ser reduzidos ou melhorados os impactos negativos?”⁴⁷

2.5 As Consequências do Turismo Cultural – Aspectos Positivos e Negativos

“O turismo veio colocar novas oportunidades e, inevitavelmente, novos problemas, já que a salvaguarda do património deixou de poder ser encarada exclusivamente a partir da tradicional óptica das entidades com tutela directa. Assim, a influência do poder

⁴⁶ Desenvolvimento e Turismo, Ciclo de Debates, 1999, p. 77

⁴⁷ Gonçalves, Alexandra Rodrigue. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, p. 93

central deixar de parte que as entidades responsáveis directamente pelo património continuassem a ter um papel fundamental. Por outro lado, o turista é tido como inimigo do património quando o visita de forma abusiva, sem uma consciência histórico-cultural, sem um respeito, em último caso, lhe deverá ser lembrado e incutido, mesmo na antecâmara da visita que vai iniciar.”⁴⁸

Ferreira (1983) concorda ao dizer que “defender o património é o gesto natural de quem defende a própria existência: o futuro está dependente dessa defesa. Também aqui pode ajudar a comparação com as pessoas: estas precisam de pais, de raízes, de ligações a coisas, espaços, ritmos. Assim, também, às regiões e populações locais importa conhecer a própria história e geografia, conhecer os recursos e sua utilização, os valores, costumes e hábitos que regeram e regem a vida local, para poder assumir o próprio destino. Se se destroem todos os sinais, todos os elementos e conhecimentos, ou se se vive exclusivamente dos elementos que se vão buscar fora, então vive-se como estranho na própria terra e como estranho de si mesmo. Daí a necessidade imperiosa de conhecer e defender o próprio património.”⁴⁹

Esta ideia é também comentada por Gerardo; Inácio & Pinheiro (2010) mas numa perspectiva mais positiva pois, dizem que” o turismo, como qualquer actividade humana, provoca impactos sobre as comunidades que possuem património, muitos desses impactos são traduzidos em mais-valias para a comunidade, nomeadamente pela criação de emprego, difusão de culturas e revitalização das economias locais.”⁵⁰

Também Carvalho (2010) refere que “o património, como recurso turístico pode desempenhar um papel estratégico para o desenvolvimento dos territórios e populações, designadamente as tarefas de revitalização do tecido económico e social, a reconstrução de memórias e identidades, a requalificação e a renovação da imagem territorial. Em sentido mais amplo, podemos referir ainda a realização de iniciativas (formais e informais) de educação patrimonial, a tomada de consciência e a mobilização da participação da sociedade civil em relação ao património aos novos usos e aos seus valores.”⁵¹

⁴⁸ Gerardo Romeu; Inácio, Luís; Pinheiro, Elisabete. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, p. 199

⁴⁹ Ferreira, José M.C, 1983, p. 136

⁵⁰ Gerardo Romeu; Pinheiro, Elisabete. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, p. 209

⁵¹Carvalho, Paulo M. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, p. 127

A discussão sobre o que é o património é um assunto de extrema importância para o país. “Portugal pode desenvolver-se e perder a sua identidade, território para implantação de estruturas turísticas internacionais que o escolhem pelo sol e pela mão de obra barata. Pode, pelo contrário, manter a sua identidade estabilizando o seu desenvolvimento, como acontecia em grande parte durante o Estado Novo. Pode, em terceira via, e do nosso ponto de vista a única interessante, aliar o desenvolvimento à preservação e aprofundamento da identidade nacional.”⁵²

O desenvolvimento é “condição de sobrevivência dum país; mas as formas concretas que tomou e toma desse *desenvolvimento*, podem constituir e tem constituído por vezes, uma ameaça, senão a liquidação, da identidade desse país ou das regiões que o integram; a destruição das diferenças pela uniformização é uma *regressão*: é o regresso ao genérico.”⁵³

Tendo havido um aumento das viagens com motivação cultural surgiram também preocupações dentre das quais a conservação do património, a valorização dos bens culturais e também as consequências e impactos positivos e negativos para a população. Nestes últimos anos muitos dos turistas que chegam a Portugal, vêm com grupos em que a visita a monumentos e a motivação cultural é uma constante. É este património e estes testemunhos históricos que justificam a visita de milhões de turistas todos os anos. O património pode e deve ser uma base para o desenvolvimento sustentável da actividade turística. Os lugares que são convertidos em destinos turísticos devem valorizar o seu património histórico – cultural e a sua identidade, mas as entidades responsáveis têm de tomar medidas para que o turista tenha respeito por aquilo que vê. Esta medida, assim como outras, é muito importante para não colocar em perigo as comunidades, pois economicamente as perspectivas são prometedoras, mas existe o perigo de perda de identidade, algo que não deverá acontecer.

⁵² Desenvolvimento e Turismo, Ciclo de Debates, 1999, p. 23

⁵³ Ferreira, José M, 1983 p. 163

Capítulo III – O Judaísmo em Portugal

Com aproximadamente quatro mil anos de existência, o judaísmo é algo bastante amplo, pois mais que uma religião, é uma civilização. Segundo o seu Deus, este povo foi escolhido para cumprir uma missão especial. São um povo disperso, vivendo em muitos países diferentes. É impossível, saber exactamente quantos judeus existem no mundo, mas calcula-se que há cerca de treze milhões espalhados pelo mundo.

Os preconceitos relativamente aos judeus têm uma longa e cruel tradição. A história deste povo foi marcada por grandes dificuldades, perseguições e sofrimento, mas também por períodos harmoniosos de convivência com cristãos e outros povos.

Os judeus “constituíram um dos grupos por excelência, contra os quais se descarregaram as tensões e os ódios resultantes dos conflitos que atingiram as sociedades ocidentais nos últimos séculos. A sua história na Península Ibérica e principalmente em Portugal apresentou, durante o longo tempo em que lá viveram, um quadro sócio económico e cultural distinto dos outros países da Europa Ocidental e Oriental. Aí se misturaram com outros povos em frequência muito maior do que nas outras regiões do mundo durante a Idade Média. Os primeiros monarcas portugueses proporcionaram-lhes uma vida extremamente independente; podiam ter seus próprios juizes para ministrar entre eles a justiça civil e criminal, podiam seguir todas as suas tradições e costumes, ser proprietários de casas, quintas e terras”.⁵⁴

Tem de se sublinhar que ao longo da história, que foi muitas vezes o estereótipo que se criou à volta do povo judeu, que o colocou em situação de perigo e constante perseguição e humilhação.

O Rei gostava de compensar os seus favoritos “através de concessões de privilégios e de doações de bens. É o caso dos rabis mores, que ocupam uma posição de destaque junto dos soberanos.”⁵⁵

Esta situação a favor dos judeus que não durou muito tempo pois, como Tavares (1987) explica, “tendo subjacente um antagonismo religioso, comum a toda a mentalidade

⁵⁴ Kayserling, Meyer, 1971, p. 9

⁵⁵ Tavares, M. J. Pimenta Ferro, 1984, p. 47

cristã ocidental, o ódio ao judeu traduzir-se-ia, em Portugal, mais ao nível do poder e da economia do que dentro do espírito de intolerância e fanatismo religioso.”⁵⁶

Os judeus sempre foram “superiores em indústria e actividade e dominados pela sede do lucro, apesar do desprezo ou da malevolência de que eram alvo, eles tinham desde os primeiros séculos da monarquia adquirido a preponderância que é o resultado inevitável da inteligência, do trabalho e da economia. Como todas as superioridades, a dos judeus tendia ao abuso, e os agravos, sobretudo os de ordem moral, que recebiam, gerando em seus corações o despeito, fortificavam-nos nessas tendências, que cada vez azedavam mais a mútua má vontade entre eles e cristãos. Talvez, em parte nenhuma da Europa, durante a Idade Média, o poder público, manifestado quer nas leis, quer nos actos administrativos, favoreceu tanto a raça hebreia como em Portugal, embora nessas leis e nesses actos se mantivessem sempre, com maior ou menor rigor, as distinções que assinalavam a inferioridade deles como sectários de uma religião, posto que verdadeira, abolida pelo cristianismo.”⁵⁷

A chegada deste povo a Portugal provocou reflexos de diversa índole no nosso território até aos dias de hoje. “Tal como nos aparece revelado gera-se o sentimento entre os cristãos de se apropriar dos bens pertencentes a esses judeus. Pressente-se, com efeito, a existência de um movimento generalizado, de cunho antijudaico, que visa na essência a espoliação e o roubo dessas vitimas do clima de intolerância que se instalara nos reinos nossos vizinhos da Península Ibérica. Quantos judeus teriam sido vitimas da ausência de escrúpulos dos cristãos portugueses?”⁵⁸

“A presença judaica no território que constitui Portugal há mais de oito séculos tem sido muito debatida entre os historiadores, mas os escassos vestígios existentes não permitem reconstituir uma memória continuada da vida das primeiras comunidades, quer na Antiguidade, quer no período visigótico, quer mesmo durante o domínio muçulmano. Em todo o caso, graças aos estudos das últimas décadas, é hoje possível provar a existência de judeus em Portugal muito antes do nascimento do nosso reino, no século XII.”⁵⁹

⁵⁶ Tavares, M. J. Pimenta Ferro, 1987, p. 17

⁵⁷ Herculano, Alexandre, 1982, p. 57

⁵⁸ Moreno, Humberto Baquero, 1985, p. 81

⁵⁹ Martins, Jorge, 2010, p. 9

Esta opinião é apoiada por Remédios (1895) que diz que “ao fundar - se a nacionalidade portuguesa, os judeus espalhados pela Península Ibérica, portanto pelos lugares que formavam o novo reino destinado a representar um papel tam brilhante quanto fungaz na evolução da humanidade, já gozavam de relativo bem-estar.”⁶⁰

Parece que” estariam por cá antes dos Romanos pois como, Serrão (2006) explica, “a mais antiga noticia da existência deles no território que havia de ser português ascende aos séculos VI ou VII d.C., se é correcta a leitura que duas inscrições funerárias, descobertas em Espiche.”⁶¹

Já Braga (2002) “diz que o espaço correspondente ao território português contou com a presença de judeus pelo menos desde o século V ou VI. A minoria foi-se constituindo como um corpo fechado e, mais tarde, separado da maioria cristã e da minoria muçulmana. Antes da primeira metade do século XI, os judeus já se encontravam estabelecidos nas principais cidades e vilas do território do noroeste peninsular, espalhando-se, posteriormente, por quase todo o reino.”⁶²

“Desde o principio da monarquia, os judeus, pelos motivos que já temos apontado, exerceram uma grande influência no Reino. Entre as acusações que o clero e os nobres, conjurados com este, dirigiam contra o infeliz Sanchinho II era uma a de preponderância que tinham debaixo da sua administração os sectários do judaísmo. A suprema inspeção das rendas públicas foi depositada nas mãos dos judeus nos reinados de D. Dinis e D. Fernando, sendo revestidos do cargo de tesoureiros - mores, correspondente aos modernos ministros da Fazenda, no tempo do primeiro, o arrabi-mor D. Judas e, no do segundo, outro D. Judas.”⁶³

Segundo Azevedo (1990) “D. Judas, arrabi-mor, a quem D. Dinis confiou a administração da Fazenda Real; D. Moisés Navarro, almoxarife – mor de D. Fernando; postos de que a função consistia em superintender na arrecadação das rendas, ao que particularmente se adaptava a índole judaica. O último, deixando o cargo, aparece em 1375 arrendador – mor do reino; provavelmente associado a Salomão Negro, outro correligionário, com direito de prender, penhorar e de qualquer modo coagir os contribuintes em atraso a pagar os impostos. Às ordens do arrematante, como antes às

⁶⁰ Remédios, J. Mendes, p. 116

⁶¹ Serrão, Joel, 2006, p. 409

⁶² Braga, Isabel M. R. Mendes Drummond, 2001, p. 122

⁶³ Herculano, Alexandre, 1982, p. 58

do almoxarife – mor, os agentes subalternos também do seu credo realizavam as cobranças, executavam os remissos devedores. Fácil é de conceber que semelhantes cargos, em que gente de uma raça estranha se especializava, acumulassem contra ela mais rancores. Também as pessoas da família real, os fidalgos e corporações eclesiásticas, encarregavam a gestão financeira das suas casas habitualmente aos judeus. A qual, consistindo em recolher pensões e tributos, acabava por colocar o reino inteiro na sujeição da minoria israelita, consoante, nas cortes de Évora, protestando contra o facto, os povos alegavam. “⁶⁴

3.1 Expulsão ou Integração?

Corria o ano de 1497 e” por édito de D. Manuel I, os judeus portugueses tiveram de escolher entre o exílio ou a conversão. A sua saída foi uma das razões evidentes dum imenso drama que durou alguns séculos e teve vários aspectos: por um lado, afastou do reino uma parte significativa dos seus melhores filhos, ainda que estes fossem “gente da nação” – em suma, uma comunidade *sui generis*-, aqui nascidos ou para cá vindos quando os Reis Católicos, Fernando e Isabel, os expulsaram de Espanha, esse povo errante que se notabilizara pela sua cultura e inegável excelência nos seus vários domínios de actividades.”⁶⁵

A igreja católica condenou a conversão à força, mas também frisou que o baptismo “voluntário” seria a única maneira de ficarem em Portugal, senão só lhes restava a morte ou expulsão. Perante tal cenário, não lhes restava outra alternativa senão o baptismo forçado. É óbvio que este acto nunca foi um gesto sincero por parte dos judeus, mas seria a maneira encontrada de continuar a praticar a sua religião, embora às escondidas de tudo e de todos. Viviam assim numa duplicidade.

“Resolvida por Fernando e Isabel a expulsão dos judeus espanhóis, e promulgada a lei de 31 de março de 1492, na qual se lhes dava, apenas, o espaço de quatro meses para a saída, muitos deles solicitaram e obtiveram a permissão de entrarem em Portugal, cujo território, pela extensão da fronteira e facilidade do trânsito, lhes proporcionava mais pronto e acessível refúgio. Acrescia a esta consideração, que os atraía para Portugal, outra não menos atendível. Os hebreus espanhóis e os portugueses, pela vizinhança,

⁶⁴ Azevedo, João Lúcio de, 1990, p. 87/88

⁶⁵ Medina, João, 2006, p. 58

parentescos, frequência de trato e identidade de origem e crença, podiam reputar-se dois grupos da mesma nação e troncos da mesma família. Os muitos cujas fortunas tinham de ficar minguadas ou perdidas naquela súbita expulsão achariam socorro numa classe poderosa da população portuguesa, a quem o poder público concedia ainda, apesar dos ódios gerais protecção religiosa e civil. Isto basta para explicar as diligências dos judeus espanhóis para se acolherem temporariamente a este país.”⁶⁶

Parecendo que não, a expulsão dos judeus do país vizinho revelou-se pôs um sério problema para Portugal. “Muitos judeus espanhóis ofereceram a D. João II uma soma considerável de dinheiro se este os deixasse entrar no país. O monarca buscou uma solução de compromisso: ao preço de oito cruzados por cabeça, autorizaria a entrada de judeus mas não os deixaria permanecer mais de oito meses. Findo o prazo, grande número foi reduzido ao cativo, mas umas 600 famílias conseguiram comprar licença de residência permanente. Como eram as mais abastadas e as mais poderosas, a sua presença chegou para desequilibrar a balança precária de coexistência pacífica com os cristãos, levando às medidas de violência do reinado seguinte.”⁶⁷

Mas como Mascarenhas (1899) afirma, “D. João II tinha também interesse que este povo viesse para Portugal pois “D. João II, sempre atilado e empírico, considerou óptimo o ensejo de fazer propostas aos judeus, no propósito de attrahir a Portugal o maior número, pois que, com elles, vinha o trabalho e a riqueza”⁶⁸

“Tal era a situação dos judeus e o estado moral do país em relação a eles nos anos que precederam imediatamente a morte de D. João II. Este sucesso, ocorrido nos fins de 1495, elevou ao trono o duque de Beja, D. Manuel, primo do rei falecido. Membro de uma família perseguida, o novo monarca aprendera nos dias da adversidade a ser humano, se não é que a própria índole o inclinava à indulgência, ensino ou propensão que a fortuna e o hábito de reinar haviam de ir obliterando com o decurso do tempo. Um dos principais actos de D. Manuel foi dar liberdade ao grande número de judeus que tinham sido reduzidos à condição de servos.”⁶⁹

⁶⁶ Herculano, Alexandre, 1982, p. 66

⁶⁷ Marques, A.H. de Oliveira, 1998, p. 43

⁶⁸ Mascarenhas, Oliveira, 1899, p. 16

⁶⁹ Herculano, Alexandre, 1982, p. 70

D. Manuel começou o reinado libertando os judeus cativos. Uma atitude que lhe valeu a admiração por parte desta gente. Porém, um ano mais tarde, por motivos de alto interesse, resolveu expulsá-los de Portugal. Para muitos a única opção para poderem ficar foi a conversão à fé cristã.

Estes conversos que foram obrigados a abandonar a sua fé, nunca o fizeram na totalidade e continuaram a sua religião em segredo. Optaram por um modo de vida criptojudaico, o que não os impediu de continuarem a se integrarem na sociedade.

“Esse judaísmo, que Portugal aceitara como natural e orgânico durante vários reinados – pense-se na presença oficial e solene do rabino, ao lado das figuras proeminentes da corte, da aristocracia e da igreja, com a sua Torah aberta, nos painéis de São Vicente atribuídos a Nuno Gonçalves, no chamado “painel das relíquias” -, com o especial acolhimento dum D. João II, em 1492 – ainda que temporário e com aspectos agrestes e condenáveis, como o envio das crianças judias para colonizarem ilhas africanas. “⁷⁰

A prática do judaísmo em segredo por parte dos cristãos-novos, provocou algumas dificuldades para a cultura e religião deste povo, mas ao mesmo tempo, também contribuiu para os judeus seguissem os seus preceitos ainda com mais vontade e com que as tradições e costumes permanecessem durante mais tempo.

O que aconteceu com os judeus no reinado de D. Manuel foi bem o exemplo da sede do poder por parte do monarca português, como explica Herculano (1982), “a morte do príncipe D. Afonso, filho de D. João II, dera um trono ao Duque de Beja. Entendeu este que devia recolher inteira a herança, tomando por mulher a viúva do príncipe falecido. Esse consórcio, para o qual atraía a afeição, aconselhavam-no também, porventura, cálculos de ambição. A princesa D. Isabel era filha mais velha dos Reis Católicos e a sua herdeira presuntiva, no caso de faltar o príncipe D. João, único fiador da sucessão masculina ao trono de Castela. Casando com ela, o rei de Portugal via em perspectiva, ao menos como possível, a reunião das duas coroas da Península numa só cabeça. Proposto o negócio na corte de Castela, os Reis Católicos, que já tinham oferecido em casamento ao rei de Portugal a Infanta D. Maria, sua filha terceira, acederam à pretensão, mas impondo duas condições. Era uma a liga contra França; versava a outra sobre os refugidos da nação judaica. Na questão da liga, D. Manuel cedeu por metade, obrigando-se, apenas, a enviar socorros a Castela no caso de invasão; quanto à segunda

⁷⁰ Medina, João, 2006, p. 53

condição, as restrições não eram possíveis. Às exigências dos pais, acresciam as da filha, D. Isabel, que ou detestava cordialmente os judeus ou queria servir a política paterna, pedia, digamos assim, o predomínio da intolerância. No contrato de casamento, assinado em agosto de 1497, estipulou-se expressamente a expulsão dentro de um mês de todos os indivíduos de raça hebreia que, condenados pela Inquisição, tinham vindo buscar refúgio em Portugal. Só depois de verificado este facto, D. Isabel se obrigava a realizar o desejado enlace, condição que, aliás, fora aceite pelo embaixador de Portugal.”⁷¹

“Com o édito de expulsão dos judeus, publicado nos primeiros dias de Dezembro de 1496 e o baptismo forçado desta minoria, em 1497, não findou a marca que, no inconsciente colectivo maioria cristã deixou a existência do judeu. O sentimento antijudaico afirmava-se agora com maior virulência do que anteriormente. Se já não existia oficialmente uma minoria religiosa, professante do judaísmo, a verdade é que se criara no reino uma minoria cristã que, fosse por hermetismo cultural e defensivo, fosse, por marginalização dos cristãos velhos, vivia apartada da convivência da grande maioria destes, sobretudo dos da camada popular”,⁷² pois como Moreno (1985) refere; “a ideia de que as relações entre as comunidades cristã e judaica em Portugal no século XV se teriam processado de uma forma relativamente pacífica, suscita em meu entender algumas dúvidas passíveis de uma interpretação nem sempre linear e ausente de controvérsia.”⁷³

A população, além dos motivos religiosos, sentia também alguma inveja deste povo dinâmico, culto e com uma aptidão especial para os negócios e fazer dinheiro.

“O concelho régio, ao decidir aprovar a expulsão da minoria judaica, reflectiria igualmente no prejuízo económico que adviria ao reino com a sua saída. Realçando o facto de nela haver indivíduos de muito capital além de experientes artesãos, sobretudo nas artes bélicas, os defensores da permanência dos judeus não se esqueciam igualmente do muito dinheiro que entrava nos cofres régios, com os direitos reais que eles pagavam anualmente, e de que uma parte, talvez substancial, revertia para os cofres da nobreza em recompensa de serviços prestados.”⁷⁴

⁷¹ Herculano, Alexandre, 1982, p. 70/71

⁷² Tavares, M. J. Pimenta Ferro, 1987, p. 76

⁷³ Moreno, Humberto Baquero, 1985, p. 79

⁷⁴ Tavares, M. J. Pimenta Ferro, 1987, p. 39

As acusações contra os judeus eram de todo o tipo desde o envenenamento de fontes e poços, de praticar rituais com crianças cristãs, de praticarem a bigamia e de profanar templos. O clero era o principal inimigo desta gente e exercia muita pressão sobre os reis e população para atormentarem os judeus. As pessoas pensavam que afastando os judeus não teriam mais concorrência e os seus negócios correriam prosperamente.

Dos Santos (1994), explica mais em pormenor o que aconteceu nesta altura, “este decreto do rei D. Manuel I, ordenado, sob pena de morte, que saíssem do país todos os judeus que, até 31 de Outubro de 1497, não tivessem aceitado o baptismo e oferecendo aos emigrantes todos os navios necessários à sua partida, não foi, na essência, mais do que um ardil, porque o rei, como veremos adiante, não queria de modo nenhum, a saída dos judeus, mas sim a sua conversão, custasse o que custasse, ao catolicismo. Com efeito, em Abril de 1497, pouco antes de expirar o prazo de cerca de dez meses, estipulado pelo decreto da expulsão, o rei, tendo sabido que a maioria dos judeus portugueses se preparava para seguir o exemplo dos seus correligionários da Espanha, não hesitou diante da desumana e horrível violência de lhes mandar arrancar os filhos até à idade de catorze anos, a fim de os baptizar à força e confiar, em seguida, a sua educação a famílias cristãs.”⁷⁵

Foi assim que muitas famílias judias, postas na horrível contingência de perder os seus filhos, se foram igualmente baptizando, protestando, no entanto, veementemente, a sua constância na fé dos seus antepassados. Os outros, um punhado de bravos, insensíveis a tantas dores e violências, recusando a abjurar a sua fé, dirigiram-se por ordem do rei, para a capital, com a promessa de que, em conformidade com o decreto da expulsão, lhes seriam fornecidos navios para os conduzir a África.⁷⁶

Esta terá sido uma das fases mais difíceis para este povo e a partir daqui a deslocação para outros países ganha um novo fôlego. Muitos emigraram para a Holanda, Inglaterra, Alemanha e Brasil, entre outros destinos. É nesta altura que surge a diáspora hispano portuguesa e muitos conversos que saíram da Península Ibérica, podem noutros países praticar outra vez a sua religião sem restrições de maior. Muitos mantiveram a dualidade religiosa.

⁷⁵ Schwarz, Samuel, 1925, p. 5

⁷⁶ Schwarz, Samuel, 1925, p. 5

Pois como Schwarz (2015) afirma “Le roi de Portugal, ayant en effet constate le desastre économique de l’Espagne par suite de l’expulsion des juifs, voulait éviter ces graves inconvenientes à son pays et préféra recourir aux plus sauvages procédés de contrainte pour obliger les juifs à s’assimiler et à rester”.⁷⁷

Poderemos lembrar que “desde 1215, desde o Concílio de Latrão, os judeus deveriam vestir de forma diversa de outra população e apresentar o *signal*, mas a insistência com que se faz referência ao não cumprimento dessa norma, permite pensar que entre a teoria da Igreja e a prática portuguesa existia uma cumplicidade régia – tão explícita que o rei não só *fechava os olhos*, como alguns judeus importantes obtinham uma lei que contrariava essa obrigação.”⁷⁸

Mas apesar de tudo, Tavares (1987) afirma que “a integração não seria conseguida. O bloqueio mental, habituado a demarcar o judeu, com todo o estigma do povo deicida e sacrílego, não desapareceria facilmente. Também dificilmente se apagaria a marca da supremacia económica de, agora, minoria cristã-nova e esta continuaria a ser aborrecida pelo poder que representava. O grupo que afinal se desejava expulso permanecia, perante a revolta popular, bem firme, aumentando agora a sua esfera de acção. De rendeiros, mercadores, mesteiros, físicos e cortesãos, os judeus passavam, como cristãos-novos, a membros da nobreza, professores universitários, teólogos, oficiais da administração real e municipal, além de manterem as características económico-profissionais anteriores. Poder-se-ia dizer que se virara o feitiço contra o feitiço se este não tivesse atrás de si todo o peso de uma mentalidade antijudaica, construída no Ocidente, durante séculos, agora absorvida com uma maior vitalidade por alguns membros da Igreja que viam no cristão novo mais um herege em potência que era necessário aniquilar, se contumaz, ou converter, para a sobrevivência daquela.”⁷⁹

“A História revela, igualmente, que durante séculos foi considerado *justo e conveniente* puni-los por judaizarem. Verdadeiramente a única forma de escapar às contradições da política de intolerância foi o **Exílio**. “⁸⁰

Por isso, ainda hoje, quando pensamos nos judeus e na sua história, pensamos sempre na Diáspora e na sua mobilidade. Os judeus estão em toda a parte e todos os locais que

⁷⁷ Schwarz, Samuel, 2015, p. 71

⁷⁸ Dos Santos, Maria Helena Carvalho, Ribeiro, José Sommer, 1994, p.24

⁷⁹ Tavares, M. J. Pimenta Ferro, 1987, p.77

⁸⁰ Dos Santos, Maria Helena Carvalho, Ribeiro, José Sommer, 1994, p. 109

habitaram, conservam ainda hoje o seu legado cultural e histórico. A verdade é que por todo o mundo há judeus, embora desde sempre se tentasse exterminar a raça hebraica.

3.2 A Inquisição em Portugal

“Heresia, significava noutros tempos, eleição, opinião boa ou má, escolha entre várias doutrinas. E assim, dizia-se: a heresia estóica, a heresia cristã, etc. Absolutamente nada de odioso havia, pois, nesta denominação. Correram os tempos, passaram os séculos sobre os primeiros, os puros cristãos da Igreja; e esta, julgando-se detentora e mestra da verdade, desandou a olhar com horror e ódio todos aqueles que tinham ou seguiam opinião contrária à sua, mormente as opiniões que contrastavam com os seus dogmas fundamentais. A essas opiniões contrárias às doutrinas da Igreja deu-se então exclusivamente o nome de heresias. E àqueles que tinham ou perfilhavam essas opiniões, chamou a Igreja: *hereses*.”⁸¹

Por cá havia bastante tolerância religiosa e” Portugal permitia que conservassem a sua religião e costumes, tendo os judeus nas suas judiarias um governo autónomo para a sua comunidade, a troco de impostos, empréstimos e compensações monetárias. Existiram várias circunstâncias que motivaram essa tolerância por parte da Coroa. Relativamente estável, sem conflitos internos, imbuídos na expansão, avizinhandos-se a grande aventura dos Descobrimentos, o país dependia do apoio económico e do investimento dos comerciantes judeus. O sentimento de rejeição para com a população judaica partia principalmente do povo, tendo por trás os representantes da Igreja.”⁸²

A crença num único Deus, distinguia-os dos restantes povos e religiões e esta diferença foi um dos factores que mais “incendiou” mentes contra os judeus. A constante diáspora a que sempre foram obrigados só nos mostra, os níveis de repressão e opressão a que eram subjugados.

Parece que a Inquisição foi instalada em Portugal sem qualquer razão válida para tal.

“D. Manuel e D. João III pretendiam esse novo tribunal, tão na moda, a fim de copiarem o modelo de Espanha e conseguirem uma nova arma de centralização régia. Contudo, nem protestantes nem judeus constituíam perigo sério para a unidade religiosa do país.

⁸¹ Babo, Carlos, p.5

⁸² Santos, Ana Bela, 2012, p. 20

Os protestantes eram quase inexistentes. Os judeus haviam sido expulsos ou forçados à conversão, diminuindo constantemente o número Cristãos-Novos devido à rápida integração ou assimilação com os cristãos-velhos. Em 1542 não existiam mais de uns 60000 cristãos-novos, e em 1604 talvez metade desse número. “⁸³

Daí em diante os judeus sofreram ainda mais discriminações, ataques, perseguições e eram obrigados os trajes que os distinguiam do resto da população.

“Nascida de uma combinação do Poder pontifício com o poder Régio, a Inquisição Portuguesa (como a espanhola) tornou-se na realidade um terceiro Poder, um Poder independente que nomeava os seus funcionários, tinha os seus clientes, os seus súbditos, vivia das suas receitas privativas, um Estado dentro do Estado, ou melhor, ao lado do Estado, e que em certas ocasiões se pretendeu, mesmo, acima do Estado.” ⁸⁴

Marocci & Paiva (2013) explicam que “o Santo Ofício começou a funcionar em Évora. A 22 de Novembro de 1536, na pousada de D. Diogo da Silva, ouviam-se testemunhas contra a cortesã cristã-nova Madalena de Oliveira. Em primeiro do ano seguinte, desencadearam-se também os primeiros processos. O início da actividade do Tribunal era o resultado de um imenso esforço da Coroa e de sectores eclesiásticos. Tratava-se da conclusão não necessária de um processo de aberto quatro décadas antes, como ponto de chegada de um século de perseguição dos judeus, depois cristãos-novos, em toda a Península Ibérica.” ⁸⁵

“O aumento súbito e vigoroso da presença judaica e judaizante e a difícil integração dos recém-chegados não ajudaram D. Manuel I a resistir às pressões dos monarcas vizinhos para que, em troca do desejado casamento que o rei português pretendia celebrar com a infanta D. Isabel, desterrasse do reino todos os conversos castelhanos. Este clima reforçou os partidários da unidade religiosa que havia em Portugal, entre os quais o confessor do soberano, o dominicano Jorge Vogado. D. Manuel I, em face destas pressões, decretou a expulsão de todos os judeus e muçulmanos de Portugal, sob pena de morte e confisco dos bens, ordenando o fecho das suas sinagogas e mesquitas, e proibindo qualquer pratica das suas religiões.”⁸⁶

⁸³ Marques, A.H. de Oliveira, 1998, p. 128

⁸⁴ Saraiva, José António, 1985, p. 159

⁸⁵ Marocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro, 2013, p. 24

⁸⁶ Idem, p. 25

Costa (2015) explica que “ao contrário das várias decisões políticas tomadas no início do seu reinado, que resultaram, em grande medida, da aplicação de um projecto pensado previamente, a expulsão de judeus e mouros não estaria nos planos de D. Manuel e foi uma consequência das negociações que levaram ao seu primeiro casamento. Aparentemente, o monarca esperaria que a ordem de expulsão resolvesse o problema e possibilitasse a vinda imediata de D. Isabel para Portugal, mas a princesa espanhola não se satisfazia com a simples assinatura de uma lei e desde cedo manifestou a sua intransigência – D. Manuel queria-a como esposa, mas ela só aceitava ser rainha de um reino habitado exclusivamente por cristãos. Cabia assim ao rei português resolver o problema, perante a ansiedade dos seus sogros que desejavam a rápida consumação do matrimónio. Urgia, por isso, encontrar uma solução para este imbróglio, e D. Manuel I, dando mostras uma vez mais de um espírito pragmático, mas também manhoso, como defende Romero de Magalhães, resolveu o assunto.”⁸⁷

“Desde o estabelecimento da Inquisição, determinações sucessivas do governo vedavam aos cristãos novos a saída do reino, não só para países estrangeiros, senão também para a Índia e domínios ultramarinos em 1567, até para os Açores e Madeira em 1572. Em certos casos ficavam obrigados os que mudavam de residência a regressar dentro de certo prazo aos antigos lares. Do mesmo modo a lei proibía as transações de câmbio para fora do reino, e a alienação dos bens. Estas restrições foram derogadas por Filipe IV, sendo restituída aos cristãos novos a liberdade de disporem de suas propriedades e ausentarem-se do país, consoante lhes aprouvesse.”⁸⁸

O que começou como um ataque às classes mais pobres e desfavorecidas depressa passou a uma perseguição feroz a qualquer classe social. A Inquisição não diferenciava homens de mulheres, e durante estes anos muitas mulheres judias foram silenciadas pois, elas eram as responsáveis pela tradição oral da cultura judaica.

Lima (1940) diz que “quando se estabeleceu a Inquisição, os condenados por este tribunal pertenciam, em regra, às classes humildes, mas, em fins do século XVII, não faltavam doutores, cónegos, frades e freiras incriminados. Os dias de auto de fé eram de regozijo público, em que o populacho, com os seus instintos sanguinários, tripudiava.”⁸⁹

⁸⁷ Costa, João Paulo Oliveira e, 2015, p. 84

⁸⁸ Azevedo, João Lúcio de, 1990, p. 163

⁸⁹ Lima, J.A. Pires, 1940, p. 46/47

Os poderes conferidos à Inquisição eram enormes e anormais. Em teoria, o Inquisidor-mor dependia do soberano, que o nomeava. Contudo, a interferência do monarca parava aí, porque só o Papa podia depor a um inquisidor-mor. Dentro do país, o Inquisidor-mor tinha a qualidade e os poderes do delegado papal, incluindo o direito de excomunhão. Era ele quem nomeava todos os outros inquisidores e funcionários, que só perante ele ficavam responsáveis.⁹⁰

Para Saraiva (1985) “um único contacto ligava a Inquisição ao Rei e ao Papa: o Inquisidor-Geral. Atrás desta porta, que só de longe se entre abria, a instituição inquisitorial vivia fechada na sua muralha intransponível. O Inquisidor Geral tinha a qualidade e os poderes de Delegado do Papa, podendo inclusivamente lançar excomunhões reservadas à Santa Fé. Era, no entanto, designado pelo Rei, limitando-se o Papa a confirmar essa designação.”⁹¹

Todos, sem excepção, temiam a Inquisição. E ninguém sabia se seria a próxima vítima. Como Marques (1998) explica” a parte das regras adoptadas não se afastava da legislação geral, existiam, contudo, alterações bastantes para tornar a Inquisição mais temida e dramática do que os tribunais e as cadeias comuns. Para começar, toda a denúncia era aceite, sem respeito à qualidade do denunciante. Até cartas anónimas podiam servir. Assim, escravos, excomungados, assassinos e ladrões, todos podiam denunciar. Além disso, não se comunicava aos prisioneiros os motivos da prisão, os nomes dos denunciante nem o lugar e o momento do crime de que eram acusados. Havia, pois, de “confessar” o crime, muitas vezes inexistente. Não apenas se aceitavam factos como matéria criminal mas também conjecturas e boatos. O prisioneiro não podia escolher defensor nem advogado, que pertenciam ao pessoal da Inquisição. Este advogado, ainda por cima, não tinha acesso ao processo do acusado. Não havia possibilidade de apelo, a não ser dentro da própria Inquisição. O processo inquisitorial continha ainda outras especialidades deste género que, juntamente com as acima mencionadas, podiam fazer de uma prisão e de um julgamento um trágico absurdo. Os castigos incluíam multas, penalidades espirituais encarceramento temporário ou vitalício, confisco de bens, desterro, etc. As sentenças eram lidas e executadas em cerimónias mais ou menos públicas conhecidas como autos de fé. Alguns destes autos

⁹⁰ Marques, A.H. de Oliveira, 1998, p. 132

⁹¹ Saraiva, José António, 1985, p. 159.

de fé tinham lugar no palácio inquisitorial ou num mosteiro. Os mais famosos ocorriam na praça pública, com toda a publicidade e na presença das autoridades, incluindo o rei e a família real.”⁹²

Vendo este cenário desolador, “centenas de cripto judeus preferiram abandonar o Reino ao longo do século XVI, fazendo-se acompanhar das famílias e dos bens que lhes foi possível amontoar, com a venda ao desbarato, quando não simulada, dos seus haveres. Sentindo-se da antipatia ou rigor dos cristãos-velhos, devido a perseguições e denúncias em muitos casos sem fundamento, e não encontrando ambiente favorável para a prática do seu culto e o exercício do seu mister, aceitaram o apelo que lhes veio de irmãos de crença já radicados noutros países, para tentarem igualmente um novo destino. Eram, na sua maioria, médicos, mercadores e artesãos, gente habituada ao convívio das populações e com a força da iniciativa e do trabalho que garante o êxito profissional.”⁹³

“Havia evidentemente, empolamento nessa colocação do problema, mas é certo que foi muito elevado o número dos que abandonaram o país. Surgiram então colónias portuguesas em numerosas regiões da Europa e da Ásia Menor. Uma zona particularmente procurada foi a de Baiona e Saint-Jean-de-Luz, talvez por ser a que mais próxima ficava de Portugal. Alojados num arrabalde da cidade, os judeus portugueses depressa incrementaram de tal modo as actividades económicas locais e centralizaram o comércio fronteiriço que os comerciantes espanhóis pediram a expulsão dos recém- vindos. Em França foram importantes centros de fixação de cristãos novos foragidos, as cidades de Nantes, Bordéus, Montauban, Toulouse. As muitas relações comerciais com a Flandres levaram muitos fugitivos a procurar actividade e refúgio em Antuérpia e em 1570 estavam já fixados nessa cidade oitenta famílias e dezoito moradores solteiros; com a intervenção militar espanhola nos Países Baixos, esse grupo foi procurar novas terras, e assim surgiram núcleos de famílias originariamente portuguesas em Roterdão, Amsterdão, Lubeca, Colónia, Hamburgo, Gdansk. No caso de Amsterdão, o núcleo português atingiu um grande desenvolvimento, mantendo uma sinagoga durante longo tempo.”⁹⁴

“O certo é que a Holanda, mais que nenhum outro país, proporcionava campo favorável aos judeus, para nele exercitarem as suas inatas disposições para o comércio e

⁹² Marques, A.H. de Oliveira, 1998, p. 132

⁹³ Idem

⁹⁴ Marques, A.H. de Oliveira, 1998, p. 71

conquistarem a riqueza. Foi talvez esse um dos motivos de a preferirem como terra de exílio. Na época em que principiou a emigração era a maior potência comercial da Europa. Nas mãos dos holandeses estava o negócio dos trigos, fazendas, sal, materiais de construção e géneros coloniais, estes últimos ainda em parte precedentes de Portugal.”⁹⁵

3.3 As Judiarias

Desde o início da fundação do reino que viviam judeus em Portugal. Embora, a separação religiosa estivesse sempre presente, os judeus podiam viver em conjunto com os cristãos, mas com o passar do tempo esta situação foi-se alterando até os judeus serem obrigados a viver em bairros próprios.

No que diz respeito às judiarias, “sabemos que elas já existiam desde o início da nossa monarquia, apesar de, como já referimos, cristãos e judeus viverem misturados, sem qualquer proibição. É só no princípio do Século XIII (1215, mais precisamente) que a pressão para a separação entre as pessoas dos dois credos se começa a fazer sentir.”⁹⁶

Mais tarde, no século XV, no reinado de D. Duarte foi definitivamente abolido o direito de viverem junto dos cristãos e os judeus são então confinados aos seus próprios bairros. Nas judiarias, os judeus podiam seguir as suas tradições e praticar a sua religião.

A judiaria, “como realidade espacial, aparece na sequência das Cortes de Elvas de 1361, no reinado de D. Pedro I. A sua criação tinha duas finalidades precisas: defender a maioria da contaminação física que podia induzir à abjuração religiosa, e a defesa das minorias da violência que vinha a aumentar na sociedade cristã peninsular.”⁹⁷

Como Dos Santos (1994) refere,” a par da organização administrativa da nação portuguesa, constituída na sua maioria por cristãos, os Reis concederam organização semelhante, mas autónoma, aos judeus que viviam um pouco por todo o país, tanto na fronteira marítima, como na raia terrestre e em localidades e em localidades importantes do interior. Os judeus de cada cidade ou vila formavam a comunidade judaica, com sua hierarquia e seus oficiais, tendo como centro religioso a sinagoga. Nos centros maiores,

⁹⁵ Azevedo, João Lúcio de, 1990, p. 167

⁹⁶ Tavares, M.J. Pimenta Ferro, 1984, p.62

⁹⁷ Santos, Ana Bela, Castelo de Vide, 2012, p. 107

como Lisboa, a comunidade judaica viveu, conforma as épocas, em regiões diferentes da cidade, as Judiarias. Na capital terá havido pelo menos quatro. “⁹⁸

“Os judeus instalavam-se em bairros chamados *judarias*, hoje *judiarias*. Davam para os bairros cristãos, como convinha aos modos de vida principalmente urbanos de seus ocupantes. Ficavam, por isso, dentro das muralhas, e só fora delas quando o casario cristão as ultrapassava. Não se pense, em todo o caso, que estes bairros eram homogêneos e bem distintos do aglomerado cristão. As casas que o constituíam, propriedades dos reis, da coroa ou de particulares, a quem as aforavam ou arrendavam, formavam ruelas estreitas e sinuosas, do mesmo tipo, das cristãs e com elas se entrecruzavam. Até D. Pedro I, as judiarias comunicavam abertamente com as ruas de cristãos, com este rei, e daí em diante fecharam-se todos os acessos e foram colocadas portas para evitar tal comunicabilidade” ⁹⁹ pois não podemos esquecer que “ the campaign against them was not a war to the death, but a policy of isolation and attrition”.¹⁰⁰

A legislação acerca das judiarias mostra o cuidado especial, que havia da parte dos nossos reis, para evitarem a perversão dos cristãos pela sua convivência com os judeus. Os judeus estavam limitados geralmente a uma rua ou a um bairro, onde podiam existir várias judiarias.

Os judeus ali viviam, formando uma pequena nação ou corpo social, com seus usos, costumes e suas leis, tendo representado sempre a população mais instruída. Depois do tocar dos sinos, os judeus não podiam sair das judiarias sob pena de pesadas multas e rigorosas penas.

Havia apenas uma excepção, que eram os médicos (físicos), que podiam sair das suas fronteiras mas apenas para visitar doentes e sempre acompanhados por um cristão.

“Os judeus deviam usar distintivos especiais para os evidenciar da população cristã. Diversos monarcas portugueses (D. Afonso III, D. Duarte, D. Pedro I, D. João II, D. Manuel e D. João III) restringiam a seu bel-prazer as actividades da comunidade, enquanto outros as protegeram.”¹⁰¹

⁹⁸ Dos Santos, Maria Helena Carvalho, Ribeiro, José Sommer, 1994, p. 34

⁹⁹ Serrão, Joel, 2006, p. 410

¹⁰⁰ Lange, de Nicholas, 1985, p. 34

¹⁰¹ Santos, Ana Bela, 2012, p. 107/108

“Tal isolamento pode, no olhar e na ideologia dos nossos dias, assimilar-se a um “gueto”, mas ele tem muitos pontos de contacto com a sociedade exterior, para além de ter contribuído para uma mais duradoura e profunda identificação religiosa e cultural hebraica, resguardando-a da assimilação por parte da dominante civilização cristã.”¹⁰²

Sanches (1979) afirma que “os judeus viviam em comunas e eram pertença dos reis. Estas comunas tinham como centro a sinagoga e eram governadas por um arrabi-mor de nomeação régia que além das funções religiosas superintendia na justiça e administração e nomeava outros funcionários com funções semelhantes aos funcionários do governo.”¹⁰³

Uma judiaria não era contudo o mesmo que uma comuna. “O termo judiaria seria dado a uma rua ou várias em que moravam os judeus e não à entidade administrativa que era a comuna, embora, em certos locais, se identificasse com ela.”¹⁰⁴

Uma comuna tem a ver com um espaço físico, onde pode estar uma ou mais judiarias. É também o conjunto de todos os órgãos administrativos e religiosos do povo judeu. Os judeus tinham de se submeter às leis do reino, mas dentro dos seus bairros podiam ter um pouco mais de liberdade, ter a sua identidade.

Acresce que, “se uma comuna em geral correspondia a uma judiaria, nas cidades de maiores dimensões, uma mesma comuna podia espalhar-se por diversas judiarias. Também, naturalmente, a dimensão das judiarias era muito assimétrica nos diversos centros urbanos, dependendo da comunidade judaica que a habitava, circunscrevendo-se em alguns casos apenas a uma rua, noutros a todo um conjunto de ruas, que constituíam um verdadeiro núcleo do tecido polinuclear urbano. Confinavam estas judiarias com o casario cristão da malha urbana de intramuros, de ruelas sinuosas e apertadas, ainda que também pudessem acompanhar o extravasar de alguma população para os arrabaldes e aí se viessem a instalar.”¹⁰⁵

Os judeus começam por fixarem-se” inicialmente nas principais localidades do litoral e interior onde se distinguem Lisboa, Santarém, Évora e Guarda. A sua penetração faz-se por via terrestre, no sentido oriente-ocidente, pelo que se compreende toda uma proliferação de judiarias em concelhos próximos da linha fronteiriça. A explicar esta

¹⁰² Coelho, M.H da Cruz, 2008, p. 81

¹⁰³ Sanches Trindade, Diamantino, 1979, p. 132

¹⁰⁴ Tavares, M.J. Pimenta Ferro, 1984, p. 23

¹⁰⁵ Coelho, M.H da Cruz, 2008, p. 81

localização, temos o tipo de actividade mercantil, clandestina ou não, que se desenvolve nas regiões limítrofes portuguesa e castelhana, praticada por membros destas comunas. Riqueza e aumento populacional acompanham a efectiva participação das comunidades judaicas na vida socioeconómica do reino. “¹⁰⁶

3.4 Os Ofícios dos Judeus

Os judeus dedicavam-se especialmente ao comércio e ao artesanato e também praticavam a usura, actividade que estava proibida aos cristãos. Muitos judeus foram ricos mercadores e banqueiros e tornaram-se figuras notáveis do mundo dos negócios. A raça hebraica chegou a financiar os reis portugueses na época dos Descobrimentos.

Além de homens de negócios, muitos se distinguiram na medicina, na astrologia, na astronomia e nas letras.

“Nessa avalanche de gente que o êxodo despejou em Portugal vinham representadas todas as classes sociais que já constituíam as comunidades aqui existentes. Se muitos preferiram exilar-se a ter de trair a fé mosaica, grande parte optou pela conversão forçada e hipócrita para salvar os haveres, passando à prática do cripto-judaísmo. Foram estes os que deram continuidade às actividades já tradicionalmente praticadas por seus maiores. Se muitos deles possuíam bens que lhes permitiram dedicar-se aos negócios de banca, à mercancia e à usura, a maioria recorreu às suas aptidões artesanais; outros ainda levados pelos seus conhecimentos científicos e pela sua cultura enveredaram pelas profissões liberais: médicos, advogados, etc.”¹⁰⁷

Estas pessoas “formavam um corpo artesanal de grande volume no quadro económico da nação, e de tal modo importante, com o desenvolvimento do comércio e da indústria, que cidades e vilas do país se viam obrigadas a contratá-los por ricas mensalidades e privilégios. Parece que a todos preferiam o mester de alfaiate, logo seguido do de ourives, ferreiro e sapateiro”.¹⁰⁸(fotografia 8)

“A indústria do ferro era acompanhada pelos judeus especialistas, desde o trabalho de extração em Trás-os-Montes ou em Aljustrel, até ao fabrico de objectos, dando ocasião a privilégios reais e isenção de dízimos e portagens do aço e do ferro e outros metais

¹⁰⁶ Tavares, M.J. Pimenta Ferro, 1984, p. 43

¹⁰⁷ Guerra, Luís de Bivar, 1975, p. 476

¹⁰⁸ Serrão, Joel, 2006, p. 411

destinados ao fabrico de armas. Esses *mesteirais* eram tão necessários que D. João II permitia a permanência no reino a judeus castelhanos que exerciam estes ofícios, exigindo-lhes apenas metade do tributo. Os judeus ibéricos foram peritos na arte do ferro.”¹⁰⁹

Ainda hoje quando se visita Castelo de Vide pode-se observar um martelo que foi trazido por judeus espanhóis para Portugal no século XV (fotografia 19). Essa ferramenta encontra-se em exposição na Oficina Museu do Mestre Carolino (fotografias 20 e 21). Apesar de terem sido os judeus que trouxeram esta arte para a vila, mais tarde muitos cristãos começaram também a trabalhar a arte do ferro.

“A concorrência comercial da minoria judaica era uma realidade forte e dificilmente esquecível pela maioria que se sentia preterida no trato nacional e internacional. Acicatado por aquela, afirmava-se com maior intensidade o crescer do sentimento contra o judeu infiel. Esta tensão seria agravada pela polémica religiosa anti semita.”¹¹⁰

O comércio é, sem dúvida, o género de vida preferido da população judaica. Desde a Diáspora que o judaísmo deve a sua sobrevivência à globalização e ao facto de as comunidades judaicas se manterem unidas para além das fronteiras do país. Se outrora, a iniciativa económica pretendia conservar a identidade cultural e religiosa, mais tarde os interesses são apenas económicos.

Lange (1985) observa ainda que, “christian merchants and manufacturers strenuously resisted rival jewish activities, and jews were steadily pushed out of these spheres and into moneylending. Jewish moneylenders were subjected to crippling taxation, which led to higher interest rates, and hence to resentment on the part of borrowers, which often led in turn to riots in which jews were killed and records of loans burned. The slogan of jews exploiting christians was now added to the theological battle cries.”¹¹¹

Tavares (1984) salienta, que “encontramos, também, os judeus e os cristãos ligados uns aos outros, pelo próprio trabalho, umas vezes como patrões, outras como assalariados. Eles são rendeiros, mordomos, almoxarifes, quer do rei e da família real, quer também de membros do clero, da nobreza e de instituições de assistência.”¹¹²

¹⁰⁹ Dos Santos, Maria Helena Carvalho, Ribeiro, José Sommer, 1994, p. 66

¹¹⁰ Tavares, M. J. Pimenta Ferro, 1987, p. 19

¹¹¹ Lange, de Nicholas, 1985, p. 36

¹¹² Tavares, M.J. Pimenta, 1984, p. 67

As profissões liberais constituíam uma elite. Assim, muitos cristãos-novos tinham acesso às profissões de advogado, médico, escrivão, etc. Muitos deles tornaram-se notáveis profissionais e se muitos optaram por tirar os seus cursos em Coimbra, não menor foi o número dos que foram tirá-los a Salamanca.

“Alguns hospitais possuem, também, procuradores judeus.”¹¹³

“Essas próximas e continuadas relações económicas e de trabalho potencializavam os contactos e o convívio. Desde logo, a rigorosa medida de os judeus recolherem às suas judiarias, depois do toque do sino das Trindades, não continha menos ponderosas excepções, que regulamentavam a possibilidade de uma livre circulação por razões de trabalho ou necessidade, ainda que sujeitas a determinadas regras.”¹¹⁴

“Profissões há que são completamente desprezadas por esta minoria, como por exemplo, a de oleiro ou a de fabricantes de tapetes, mais comuns à população muçulmana. De um modo geral não se ocupam numa única actividade económica. Assim, físicos há, que combinam o exercício da medicina com a prática mercantil, ou mestrais que aliam o artesanato com o comércio itinerante ou fixo, em lojas e tendas.”

115

É óbvio que, “parte do comércio a que se dedicavam era afinal uma consequência natural das indústrias que haviam criado. De terra em terra, de mercado em mercado, tocando os machos, lá iam comprando as peles para a curtimenta. Outros aproveitavam as feiras grandes não só para essas compras mas também para venderem as peles já curtidas e prontas a utilizar. Nesses mercados apareciam também os sapateiros a vender o calçado de cordovão, os socos e tamancos. O calçado mais fino e mais cuidado vendiam-no nas próprias oficinas. Outros ainda tinham as suas oficinas ambulantes, deslocando-se aos lugares mais distantes para executarem obra nova e arranjos em casas de clientes.”¹¹⁶

Já não se passava o mesmo com as sedas. “O fabricante fornecia os produtos manufacturados aos comerciantes ou “tratantes” de loja aberta satisfazendo encomendas que lhe faziam. Outros tinham também agentes em terras longínquas como Porto, Lisboa, Coimbra, etc. Esses agentes eram em geral seus parentes. Também exportavam

¹¹³ Idem, p. 67

¹¹⁴ Coelho, M.H da Cruz, 2008, p. 85

¹¹⁵ Tavares, M.J. Pimenta Ferro, 1984, p. 273/274

¹¹⁶ Guerra, Luis de Bivar, 1975, p. 481/482

para o Brasil e África. O sistema era idêntico: a mercadoria era expedida ao parente de Lisboa ou do Porto que a enviava para outro parente ou amigo do Brasil, expedindo-lhe letras de câmbio; em troca recebia produtos daqueles países que entregava aos comerciantes da especialidade que lho pagavam reembolsando ele o fabricante de seda, seu parente.”¹¹⁷

“Foi ao tempo de D. João II que os judeus fundaram em Portugal várias oficinas topográficas. Desde logo, a Imprensa Hebraica revelou características técnicas especiais.”¹¹⁸

Uns séculos mais tarde “o mundo económico do século XVIII exigiu um comportamento governamental que incrementasse o desenvolvimento de uma classe de mercadores e grandes negociantes. Os judeus portugueses espalhados pelo mundo e os cristãos novos residentes em Portugal, ao fim de 250 anos, puderam retomar as suas posições de prestígio na sociedade portuguesa. A legislação pombalina acabou com a distinção entre cristãos novos e cristãos velhos, o que veio impedir a perseguição religiosa e permitiu o acesso a cargos públicos. Pombal procedeu com a sua proverbial rigidez, mandando destruir os “Rois” com as listas de “Judeus”. Esse “Auto de Fé” de documentos torna hoje mais difícil o estudo de certos aspectos ligados à questão judaica em Portugal.”¹¹⁹

Não há dúvida que os judeus desempenharam um papel importante na sociedade medieval portuguesa. “Os cargos que exercem têm não só cambiantes económicos, mas também sociais, e ambos são importantes. De facto, cremos poder afirmar que o que impediu que, no nosso país, houvesse as perseguições atrozes que ensanguentaram cidades e vilas da Península Ibérica e da Europa, foi não só a existência de separatismo entre as gentes de dois credos, mas também o acolhimento favorável que rodeou sempre as relações entre cristãos e judeus.”¹²⁰

¹¹⁷ Idem, p. 482

¹¹⁸ Dos Santos, Maria Helena Carvalho, Ribeiro, José Sommer, 1994, p. 67

¹¹⁹ idem, p. 209

¹²⁰ Tavares, M.J. Pimenta Ferro, 1984, p. 85

3.5 Os judeus portugueses no século XX / XXI

“As endémicas dificuldades económicas e financeiras de Portugal durante todo o século XX, a instabilidade política republicana e a repressão, a falta de liberdade e a Guerra Colonial impostas pelo Estado Novo explicam, de certo modo, que após a implantação da República e apesar do clima aparentemente propício não tenham crescido substancialmente as comunidades judaicas portuguesas, e assim se tenham chegado ao século XXI com uma reduzida comunidade judaica, num total de 1773 declarantes que praticam o judaísmo, cujo núcleo verdadeiramente organizado e participativo na vida comunitária nacional continua a ser o de Lisboa.”¹²¹

“A implantação da República e a Constituição de 1911 trazem a liberdade de crença, de consciência e de todos os cultos, e a comunidade de Lisboa, que lenta e oficiosamente, se vinha reconstituindo desde o século XIX, obtém finalmente a aprovação dos seus estatutos por alvará de 9 de maio de 1912.”¹²²

Foi com a Implantação da República que a imprensa passou a dar alguma visibilidade aos judeus portugueses. Contudo, “os judeus continuavam a ser “israelitas” ou “hebreus”: os casamentos entre judeus eram “hebraicos” ou “israelitas” e a comunidade judaica de Lisboa era a “colónia israelita residente em Lisboa”. As notícias sobre os judeus durante a República referem-se predominantemente às áreas da cultura e da sociedade. São os cantores líricos, os músicos, os pintores, os actores, os escritores, os professores, os médicos. Subitamente, descobriram-se judeus na sociedade portuguesa. Preservavam os apelidos das suas famílias, mas já não eram os judeus oriundos de Marrocos ou Gibraltar. Haviam nascido em Portugal, pelo que não seria legítimo tratá-los como estrangeiros, como a Inquisição fazia aos cristãos novos, sempre tratados como judeus, mesmo após várias gerações forçada dos seus antepassados. Afinal, os judeus portugueses existiam e tinham vida pública, não se escondiam na sinagoga como seres exóticos e marginais, tinham nomes, rostos e actividade socialmente reconhecida. Em suma, a República concedeu aos judeus a plena cidadania.”¹²³

“No primeiro quartel do século XIX, foi oficialmente extinta a Inquisição. Porém, se a prática do judaísmo já não era crime, continuava o mundo denso do preconceito anti -

¹²¹ Martins, Jorge, 2010, p. 181

¹²² Barreto, António; Mónica, Maria Filomena, 1999, p. 314

¹²³ Martins, Jorge. In da Silva, Carlos Guardado (Coord), 2013, p.225

judaico, hostil a qualquer manifestação exterior. Por outro lado, o cripto – judaísmo interiorizara o secretismo e a ocultação das suas práticas a não judeus. Após a instauração da República e já nos anos 20, inicia-se um movimento, denominado “Obra do Resgate”, granjeando um prestígio imenso entre os judeus marranos. “¹²⁴

“Sediado no Porto, onde fundou uma Sinagoga e uma Yeshiva (Escola Religiosa), difundia pelas várias comunidades publicações das quais se destacou o jornal “Há-Lapid”. O impacto deste movimento nas diversas comunidades judaicas do interior de Portugal foi imenso, conseguindo um envolvimento comum e a aceitação daquela liderança. Pela primeira vez, após séculos de dispersão e isolamento, se assistia ao reencontro da grande família judaica. “¹²⁵

“A comunidade, além das instituições herdadas do século XIX, fundou, nesta fase pós-legalização, alguns outros instrumentos organizativos da sua vida e actividade. O **Boletim** foi um deles. Criado logo em 1912, publicar-se-ia até 1919, mas apenas teria 6 números. Ainda no ano de 1912, em Dezembro, fundou a Associação de Estudos Hebraicos, Ubá-le-Sion, organização cultural de natureza sionista, dirigida por Adolfo Benarus. A Biblioteca Israelita foi criada em 1914 e funcionava nas instalações da sinagoga. O Albergue Israelita, fundado em 1916, estaria na génese do Hospital Israelita, na Travessa do Noronha, onde funcionava também a Cozinha Económica. Em 1920, seria criada a Federação Sionista de Portugal, em colaboração com a associação Malakah Sionith, fundada por Barros Basto, no Porto, em 1915. A Escola Israelita, obra de Adolfo Benarus, foi inaugurada em 23 de Outubro de 1922, na Travessa do Noronha, presidida por Sofia Abecassis e dirigida pedagogicamente pelo próprio Benarus. “¹²⁶

“A legalização da Comunidade Israelita de Lisboa, em 1912, proporcionou o início de uma fase extraordinária de actividade e fulgor dos judeus lisboetas, de organização e capacidade de iniciativa singulares, até aos anos 30, em que a ascensão de Hitler na Alemanha vai abrir um novo período. A entrada de muitos refugiados nesse período e até ao final da Segunda Guerra Mundial, abriria uma nova fase de grande actividade dos judeus de Lisboa. Obviamente, a comunidade cresceu, mas não atingiria números exagerados, pois haveria, oficialmente, entre 800 e 1000 judeus em 1916. No entanto, a origem sefardita da moderna Comunidade Israelita de Lisboa, passou a contar com a

¹²⁴ Dos Santos, Maria Helena Carvalho, Ribeiro, José Sommer, 1994, p. 143

¹²⁵ Idem, p. 143

¹²⁶ Martins, Jorge, 2010, p. 134

relevante influência asquenazita, com a entrada de judeus provenientes, sobretudo, da Rússia, Polónia e Alemanha. A maior parte dos judeus polacos vieram para Portugal entre 1928 e 1933 e constituíram uma comunidade polaca entre 1930 e 1948.”¹²⁷

Lange (1985) diz “In Portugal the jews were granted freedom of religious worship after the fall of the monarchy in 1910, but the community has remained small.”¹²⁸

A comunidade que ficou, era reduzida, mas não podemos esquecer que ao longo dos anos, a tradição, a cultura, a religião, tudo foi transmitido de pais para filhos, no mais absoluto sigilo. Apesar da Inquisição, da repressão, das perseguições os judeus conseguiram, ainda que uma minoria, manter a sua cultura.

¹²⁷ Idem, p.135

¹²⁸ Lange, de Nicholas, 1985, p.179

Capítulo IV - O Legado Judaico em Castelo de Vide

Como já se referiu, “o património, como recurso turístico, pode desempenhar um papel estratégico para o desenvolvimento dos territórios e das populações, designadamente as tarefas de revitalização do tecido económico e social, a reconstrução de memórias e identidades, a requalificação e a renovação da imagem territorial.”¹²⁹

“**Castelo de Vide**, terra de encantos e fontes, uma pérola de história e tradição, é uma jóia incrustada na Serra de São Mamede (fotografia 2). Passo a passo somos confrontados com a riqueza histórica e paisagística do Concelho, que, todo ele, é um convite permanente a percorrer, a admirar recantos e encantos até agora ocultos, lugares privilegiados onde o espírito da História paira. Esta é uma herança constituída por bens preciosos, de pedra, madeira, ferro ou outro material, documentos, testemunhos de outros tempos, outras épocas, raízes da nossa civilização que não podemos ignorar e desconhecer, sob pena de perdermos a nossa personalidade histórica ¹³⁰ e para Mangorrinha (2000) “este património deve ser preservado e revitalizado através de acções de valorização executadas com plena consciência dos valores da estética.”¹³¹

4.1 A Vila de Castelo de Vide

Quando se fundou a vila de Castelo de Vide? “ É coeva, anterior ou posterior à existência da monarquia portuguesa a sua fundação? Como Videira (2008) explica “antes da terceira década do século XIII, não há documento algum que fale da Castelo de Vide, dando-nos notícia sequer da sua existência. Mas, se esta data deste tempo, quem a fundou? Naturalmente os Templários, porque é aos seus esforços que se deve, em grande parte, a repovoação do Alto Alentejo. Ainda assim, isto não passa de simples conjectura, posto que provável, porque nada o comprova. Deve portanto considerar-se posterior à existência da monarquia portuguesa a sua fundação”. ¹³²

¹²⁹ Carvalho, Paulo M. In Santos, M. da Graça Poças, 2010, 127

¹³⁰ Santos, Ana Bela, 2012, p.14

¹³¹ Mangorrinha, Jorge, 2000, p. 269

¹³² Videira, César, 2008, p. 39

Oliveira (2011) acrescenta que “Castelo de Vide teria visto reconhecida a sua emancipação municipal entre 1226 e 1233”¹³³ .

Foi no reinado de D. Dinis que “alguns acontecimentos se deram, que influíram no seu destino, melhorando-o. Seu pai, D. Afonso III, legou, em 1270, a seu filho o infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, as vilas de Portalegre, Castelo de Vide e Arronches.”¹³⁴

Diz Saramago (2007) que “até D. Dinis a terra chamava-se Vide. O aglomerado estava situado nuns cabeços onde proliferavam vides selvagens. D. Dinis iniciou a construção do castelo, terminada por D. Afonso IV, e desde o cronista Ruy de Pina, em 1299, que se começou a chamar Castell da Vide ao lugar. Posteriormente, seria Castelo de Vide”¹³⁵

Foi no tempo de D. Dinis que alguns que se dera, alguns dos acontecimentos mais marcantes para a vila de Castelo de Vide, como Videira (2008) explica “que esses acontecimentos, influíram no seu destino, melhorando-o. Seu pai (de D. Dinis), D. Afonso III, legou em 1270, a seu filho o infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, as vilas de Portalegre, Castelo de Vide e Arronches. Parece que entre eles não reinava a melhor harmonia pelo facto de D. Dinis se recusar a reconhecer as filhas do infante, que por isso se recusara também a prestar-lhe obediência. Por este motivo único, segundo uns, ou por querer o infante simplesmente cercar de muros a vila aberta de Vide, pertencente ainda ao termo de Marvão, D. Dinis interveio logo, obstando às intenções do infante.”¹³⁶

“D. Afonso III, que manteve uma longa luta com o rei D. Dinis, seu irmão, que pretendia a posse da vila pelas razões de defesa e ampliou o perímetro das muralhas. Em 1372, D. Fernando cede Castelo de Vide à Ordem de Cristo. Em 1455 começam a estabelecer-se colónias judias na zona. Um pouco mais tarde, em 1512, D. Manuel concede Foral Novo e dá-lhe o título de Nobre Vila. Durante o período entre o século XVII e o século XVIII a vila assiste e resiste a muitas acções nas guerras de Portugal com Espanha. Em 1710 teve inicio a construção do Forte de São Roque, e a vila foi cercada com novas muralhas. No final do século XVIII, começa o período de decadência por razões económicas e pelas Invasões francesas.”¹³⁷

¹³³ Oliveira, José Augusto, 2011, p. 18

¹³⁴ Videira, César, 2008, p. 42

¹³⁵ Saramago, Alfredo, 2007, p. 99

¹³⁶ Videira, César, 2008, p. 42

¹³⁷ Saramago, Alfredo, 2007, p. 100

Tavares (2010) diz que “a comunidade judaica deve ter aumentado bastante na última década do século XV, se pensarmos que nos arredores de Castelo de Vide existiu um acampamento de judeus castelhanos, alguns dos quais ficaram a residir no concelho e aqui foram baptizados.”¹³⁸

É natural que assim fosse, pois, “Castelo de Vide foi um dos locais de entrada das migrações de judeus provenientes de Leão e Castela e há notícia de um núcleo de judeus logo no século XIV, época durante a qual a judiaria se consolidou. Depois de 1496, houve algumas famílias que ficaram e se converteram ao cristianismo. A judiaria ocupava uma zona junto da porta principal do castelo, entre o mercado e a Fonte da Vila.”¹³⁹

“Durante o século XVIII a vila sofreu um desenvolvimento urbanístico lento, com a maior parte das construções a tornarem-se compactas uma vez que, eram constrangidas no interior das muralhas. O número das residências e o conjunto da população atingiu o seu máximo no fim do século (1700 fogos com 7000 habitantes). O casario branco, as inúmeras fontes, os solares oitocentistas, os portais góticos, as 12 igrejas (das 31 existentes no Concelho), os parques e jardins, os recantos pitorescos de construções de arquitectura modesta, mas sóbria, a Judiaria, o Canto da Aldeia... são alguns dos singulares valores que tornaram a Notável Vila de Castelo de Vide conhecida mundialmente, sendo hoje o turismo o sector principal do seu desenvolvimento social e económico.”¹⁴⁰

4.2 Caracterização da Zona

O património arquitectónico de Castelo de Vide é de uma grande riqueza. Merecem destaque o burgo medieval, o castelo, as muralhas que envolvem a vila, a judiaria, a sinagoga medieval e as portas e janelas ogivais dos séculos. Para além de constituir uma forte atracção turística, o património arquitectónico de Castelo de Vide constitui um elemento de referência na identidade territorial dos seus habitantes. A população

¹³⁸ Maria, José Ferro Tavares, 2010, p. 149.

¹³⁹ Saramago, Alfredo, 2007, p. 100

¹⁴⁰ [Consult. 29.junho.2015]. Disponível em: <http://www.cm.castelodevide.pt/turismo/pt/antes-de-chegar/castelo-de-vide/sintese-historica>

residente é de ca. de 4144 habitantes, e a economia local vive essencialmente no **turismo**.

“O solo é caracterizado por rochas do complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico, envoltas por granitos hercínios de Nisa a este e a norte e granitos tectonizados de Portalegre a sul. Apresenta um relevo variável sendo a parte sul caracterizada por várias elevações, tendo a mais alta 762m de altitude, enquanto que para norte, na área do complexo xisto-grauváquico, o terreno torna-se mais plano com cotas entre os 290 a 320m.

Relativamente à fauna e à flora, a diversidade das condições ecológicas aponta para a presença de numerosas comunidades de animais. Aves consideradas raras, como a águia-de-bonelli e o grifo, repartem o território com gaviões, águias cobreiras, peneireiros-cinzentos, milhafres e tartaranhões, havendo ainda a assinalar a presença do bufo-real e da coruja-do-mato. Para além das aves de presa, é de notar a presença da cegonha-negra em Castelo de Vide. Dos mamíferos, o javali e o veado encontram-se em expansão, sendo o texugo, o toirão, o saca-rabos, o geneta, o gato-bravo, a conhecida raposa e o vulgar coelho, animais mais comuns. Numa região em que a expressão mediterrânica é manifesta, a presença de carvalhais e castiçais conferem a este Alentejo um sabor de paragens setentrionais, ambas vivem em paredes meias com sobreiros, azinheiras, oliveiras e todo um cortejo de espécies silvestres, algumas das quais raras. As linhas de água sazonais são abundantes e as principais ribeiras (S. João, da Vide e de Nisa) irrigam os campos fazendo com que algumas zonas apresentem bons níveis de humidade durante a maior parte do ano, facto que permite o cultivo de várias espécies hortícolas e a existência de boas zonas de pastagens. No subsolo encontram-se várias jazidas de cobre, ferro, chumbo, volfrâmio. A qualidade dos seus níveis freáticos permitem o aparecimento de muitas nascentes por todo o Concelho, destacando-se as propriedades das águas minero-medicinais (Vitalis e Castelo de Vide) exploradas mais a sul na zona de granitos, constituindo um importante recurso industrial. “¹⁴¹

¹⁴¹ [Consult. 02.julho.2015]. Disponível em: <http://www.castelodevide.pt/turismo/pt/antes-de-chegar/castelo-de-vide/caracterizacao>

Castelo de Vide tem um notável conjunto de monumentos que é importante visitar:

“Arquitectura Civil:

- **Antigos paços dos Concelhos** (fotografia 1), uma casa do século XV situada dentro do burgo medieval;
- **Casa Amarela**, conhecida como a Casa Magessi, com uma exuberante decoração “Rocaille”;
- **Casa de Matos**, onde D. Dinis recebeu os embaixadores de Aragão que vieram ratificar o contrato de casamento do rei com a princesa Isabel;
- **Casa do Arçario**, teria pertencido ao cobrador de impostos pagos pelos judeus. “Arçario” quer dizer casa-forte;
- **Casa do Prior da Igreja Matriz**, casa típica do século XVII, na rua do Penedo;
- **Judiaria**, que se estende pelas ruas íngremes da calçada entre o largo do antigo mercado e a Fonte da Vila. Fica no bairro judeu, que ainda conserva uma Sinagoga muito bem conservada. Pertenciam à Judiaria as Ruas da Fonte, do Mercado, do Arçário, do Mestre Jorge e nas actuais Ruas Nova e dos Serralheiros;
- **Praça de D. Pedro V**, está coroada pela estátua do rei e foi inaugurada em 1837. Na praça fica a igreja de São João Baptista e vários edifícios com bonitas frontarias de granito, o Hospital, que está instalado na casa onde nasceu Mouzinho da Silveira, a Câmara Municipal e a Igreja Matiz;
- Desta praça sobe-se para o castelo por rua estreitas e sinuosas, com muitas portadas ogivais e manuelinas (fotografia 7). É a vila medieval;
- **Castelo de Castelo de Vide**, edificado por D. Dinis, funcionou como retaguarda de defesa do castelo de Marvão. Os muros e os baluartes pertencem à época da Guerra da Restauração. Tem uma torre redonda do século XIII com grandes janelões.” ¹⁴²

¹⁴² Saramago, Alfredo, 2007, p. 100 / 101

6 Arquitetura Religiosa

“Igreja de Santa Margarida; Ermida da Nossa Senhora das Virtudes; Igreja da Nossa Senhora da Luz; Igreja de São salvador do Mundo; Igreja da Nossa Senhora da Alegria; Igreja de São Tiago; Igreja do Senhor do Bonfim; Igreja de São Pedro; Igreja de São Pedro; Igreja de São João Baptista; Igreja de Santa Maria da Devesa; Misericórdia de Póvoa e Meadas; Igreja da Matriz de Póvoa e Meadas;

Sinagoga - data dos séculos XIV-XV, tem dois pisos e situa-se na confluência das Ruas da Judiaria e da Fonte. No piso superior abre-se o que se pensa ser o Tabernáculo, sala onde se reuniam os homens da comunidade, separado por um postigo da sala onde se juntavam as mulheres durante as sessões de estudo dos Textos Sagrados. A Sinagoga terminou na data que coincide com o fim da liberdade de culto dos judeus em Portugal.

“143

7 Arqueologia

Quem se interesse por arqueologia terá de guardar algum tempo para visitar os sítios arqueológicos existentes no Concelho de Castelo de Vide.

Os homens desta região encontraram desde cedo grande sabedoria para viver de acordo com a Natureza e com os seus conhecimentos. Século após século, aqui ficaram os testemunhos de várias épocas da história do homem.

“Paleolítico:

- ❖ Pegos Dobrados (Estação de Ar Livre)

Neolítico:

- ❖ Mourela (Achado Isolado);
- ❖ Cruz da Légua (Vestígios Diversos);
- ❖ Chão Salgado (Estação de Ar Livre);
- ❖ Pegos Dobrados 3 (Mamoá)

¹⁴³ Saramago, Alfredo, 2007, p. 101 / 102

Idade do Ferro:

- ❖ Lages 2 (Povoado);
- ❖ Tapada do Souto (Povoado)

Época Romana:

- ❖ Barragem da Póvoa (Vicus);
- ❖ Barragem da Tapada Grande ;
- ❖ Tapada de Paianes (Villa) – Póvoa e Meadas;
- ❖ Monte da Murela (Casal Rústico);
- ❖ Mascarro (Villa);
- ❖ Meada (Villa);
- ❖ Lages 3 (Pedreira);¹⁴⁴
- ❖ ... e mais 8 sítios arqueológicos da Época Romana (7 Villas e uma Necrópole).

Idade Média:

- ❖ São Lourenço (Ermida);
- ❖ Ribeira da Goleima 2 (Sepultura);
- ❖ Necrópole Rupestre de Vale do Cano;
- ❖ Tapada do Alcaide (Sepultura).

Época Medieval Cristã:

- ❖ Castelo de Castelo de Vide;
- ❖ Sinagoga;
- ❖ Mato da Póvoa 1 (Necrópole)
- ❖ ...e mais 19 sítios arqueológicos da Época Medieval Cristã.

¹⁴⁴ Idem, p. 102 /103

8 A Gastronomia

A gastronomia de Castelo de Vide tem as características fundamentais da gastronomia do Norte Alentejano: grande identidade, antiguidade e diversidade (fotografias 23 e 24). São estas três vertentes que será sempre necessário enfatizar quando se fala da gastronomia do Norte Alentejano.¹⁴⁵

Também não podemos esquecer as raízes judaicas nesta gastronomia. Não é comida Kosher mas sim uma gastronomia dos cristãos novos, ou seja, houve uma adaptação das receitas para os judeus poderem fugir à inquisição.

Receitas regionais:

- ❖ Cachafrito de cabrito;
- ❖ Sarapatel;
- ❖ Cação com Nozes (receita do século XVII);
- ❖ Molhinhos de tomatada;
- ❖ Migas de pão com entrecosto;
- ❖ Migas de batata com entrecosto;
- ❖ Ensopado de cabrito;
- ❖ Fígado à moda de Castelo de Vide;
- ❖ Sopa de batata com pimentos;
- ❖ Sopa Gata;
- ❖ Sopa de Cação;
- ❖ Ratatau.

Enchidos:

Morcela, chouriço, farinheira de assar, linguiça, paio enguitado, paio branco.

Doçaria:

Boleima; Queijadas; Bolo finto; Bolo de massa; Esquecidos; Toucinho do Céu; Enxovalhada.

¹⁴⁵ Idem, p.103

9 Licores: Licor de noz; licor de leite; licor de laranja; licor de framboesa; licor de figo-da-índia.¹⁴⁶

Apesar de não ser uma região do país com maior dimensão, esta vila tem prestado provas na prestação de um serviço de qualidade, avaliando o aumento de turistas que se deslocam a Castelo de Vide, como comprovam as estatísticas do município descritas neste trabalho. Com o aumento do turismo foram aparecendo cada vez mais estabelecimentos hoteleiros (fotografia 14) e restaurantes. Também abriu recentemente uma loja alusiva ao judaísmo (fotografias 12 e 13).

Tabela 1 - Alojamento e Restauração em Castelo de Vide

Alojamento	Restauração
Hotel Castelo de Vide	Restaurante “A Castanha”
Hotel Sol e Serra	Restaurante “A Palmeira”
Inatel de Castelo de Vide	Restaurante “D. Pedro V”
Herdade da Fonte	Restaurante “Casa do Parque”
Dom Dinis	Restaurante “O Alentejano”
Albergaria El-Rei D. Miguel	Restaurante “O Miguel”
Casa do Parque	Restaurante “Inatel”
Casa Amarela H e National Monument	Restaurante “Os Amigos”
Convento Nossa Senhora da Vitória	Restaurante “Cantinho Particular”
Pensão Destino	Casa de Petiscos A.D.C.V.
	Cervejaria “A Escola”

Fonte (Autora, 2016)

¹⁴⁶ Idem, p. 104

10 Passeios Pedestres

Castelo de Vide oferece uma vasta gama de passeios onde podemos distinguir o passeio abaixo mencionado:

“Este percurso tem início no largo do cemitério de Castelo de Vide e leva os pedestrianistas e os ciclistas a percorrer a Serra de S. Paulo, sobranceira à Vila. Trata-se de um percurso panorâmico onde se tem a oportunidade de descobrir a fauna e a flora desta área protegida, e ainda visitar os monumentos históricos que se encontram esparsos ao longo do trilho;¹⁴⁷

Passeios de BTT Castelo de Vide – Marvão com passagem por calçadas romanas, trilhos ladeados de pedra, um pouco duro;

Passeio pelos conjuntos megalíticos a pé, de automóvel, ou de bicicleta;

Passeios na albufeira de Póvoas e Meadas, com estruturas de apoio: café, restaurantes, instalações sanitárias, água de rede, etc.”¹⁴⁸

11 Artesanato

É rico o artesanato de Castelo de Vide:

“Trabalhos em pano; bordados e bonecos de pano; azulejaria; quadros de flores secas e escamas de peixe, trabalhos em flores secas; rendas; trabalhos em ferro forjado; carroças alentejanas, arados, miniaturas de mobiliário, canastraria, cestaria e empalhamentos; bonecos em barro; arte pastoril em corno; arte pastoril em cortiça; tapeçarias; olaria, pintura em vidro.”¹⁴⁹

¹⁴⁷ [Consult. 02.julho.2015]. Disponível em: <http://www.castelodevide.pt/turismo/pt/ver-e-fazer/desporto/pedestrianismo-e-btt/pr1>

¹⁴⁸ Saramago, Alfredo, 2007, p. 109

¹⁴⁹ Ibidem, p. 107

12 Feiras, Festas e Romarias

- ❖ “Feira de Santo Amaro, 15 de janeiro;
- ❖ Carnaval Trapalhão;
- ❖ Feira de Ramos, no domingo de Ramos;
- ❖ Romaria da Nossa Senhora da Luz; na 2ª feira de Páscoa;
- ❖ Feira do livro, em Abril;
- ❖ Festa de Santo António, 13 de Junho;
- ❖ Romaria ao Bom Jesus, último fim de semana de Agosto;
- ❖ Festa da Nossa Senhora dos Prazeres, no 1º fim de semana de Setembro;
- ❖ Feira mensal das velharias, no último domingo do mês;
- ❖ Mercado mensal de Castelo de Vide, na última 6ª feira do mês.”¹⁵⁰

Não podemos deixar de referir que a Páscoa em Castelo de Vide é vivida intensamente, quer por locais, quer por forasteiros. Todos se integram nas actividades pascais, que são sobretudo de carácter religioso. Em Castelo de Vide, os manjares de Páscoa incluem o tradicional e muito apreciado cordeiro e a Boleima, que é uma variante do pão ázimo (gastronomia judaica).

Propõe-se então, que neste fim-de-semana, venha conhecer algumas das tradições mais emblemáticas de Castelo de Vide.

13 O Roteiro Judaico

Não obstante o numeroso número de igrejas, monumentos, mercados e feiras que também são alvo de curiosidade por parte dos visitantes, é certo que o factor que contribuiu para um aumento do turismo em Castelo de Vide seja a herança judaica nesta localidade. Uma herança que vem do século XIV, mas que ainda hoje desperta emoções e procura. Em 2011 nasce a Rota das Judiarias mas já desde 2006 que este local oferece aos seus visitantes o **Roteiro Judaico**. O que se visita percorrendo este roteiro?

¹⁵⁰ Saramago, Alfredo, 2007, p. 110

13.1 A Judiaria

“Castelo de Vide tem uma das mais conhecidas e visitadas judiarias do Alentejo (fotografias 3 e 4). Pelas ranhuras para a colocação das *mezuzot* nos portais das casas dos judeus comprova-se que estes habitavam entre os cristãos, em várias ruas do concelho, próximas da Rua da Judiaria e da Travessa ou Ruinha da Judiaria (fotografias 5 e 6). Na primeira metade do século XV residiam aqui 15 famílias judaicas, o que nos mostra uma comunidade pequena, apesar da sua situação junto à fronteira.”¹⁵¹

Leis decretadas por alguns monarcas portugueses no sentido de se criarem locais de residência onde só vivessem judeus, levou ao aparecimento de bairros, igualmente conhecidos pelo nome de *judiarias*.

Segundo Santos (2012) “o desenvolvimento da judiaria de Castelo de Vide e a sua importância foi aumentando com as diversas perseguições em Espanha, culminando com a entrada pelo porto seco de Marvão dos judeus vindos de Castela expulsos pelos Reis Católicos. A expulsão de Castela e Aragão engrossou substancialmente a comunidade judaica. Dizia-se pelo Reino, que se se abanasse um judeu podiam-se ouvir as moedas tilinta, porque, ao serem expulsos não podiam trazer consigo quaisquer bens com eles e muitos chegaram ao extremo de engolir moedas. Lenda ou realidade o facto é que famílias houveram que se estabeleceram na judiaria castelo-vidense.”¹⁵²

Um facto que não pode ser esquecido, é que com a expulsão dos judeus do reino de Espanha, Castelo de Vide viu a sua judiaria aumentar substancialmente de tamanho. Por todas as ruas da vila, principalmente na judiaria pode-se, ainda hoje ver a toponímia da presença judaica.

“Ainda se observam algumas casas de portas com impostas lavradas, denticuladas e ornadas, constituindo o mais importante conjunto de portas ogivais do país (fotografia 7). Apesar de não ser uma característica judaica, as portas ogivais e o pormenor de ser uma larga e outra estreita – pormenor da época medieval – encontram-se em maior número na judiaria.”¹⁵³

¹⁵¹ Maria, José Ferro Tavares, 2010, p. 148/149.

¹⁵² Santos, Ana Bela, 2012, p. 113

¹⁵³ idem, p. 113

“A nota mais antiga que encontramos sobre a judiaria da vila, além das tradições e referências vagas nos documentos das Chancelarias Reais é uma carta de quitação de 2790 reais, rendimento da judiaria, passada a favor de Joçe Amice, morador em Castelo de Vide, soma com que Castelo de Vide contribuía. Também “encontramos outra referência à judiaria de Castelo de Vide na Carta do rei D. João II (Salvaterra, 26 de janeiro de 1486) onde o monarca doa a Nuno de Sousa, vereador da casa da rainha, todos os bens móveis e de raiz que haviam sido confiscados a Isaac Fernandes, judeu, morador em Castelo de Vide, por “ter metido no Reino panos importados de Castela.”¹⁵⁴

“Nesta judiaria, na rua do mesmo nome ergue-se um casa que por vários aspectos se destaca das restantes. A sua volumetria, a interessante e não menos problemática estrutura que no piso superior se abre, a ausência de chaminé original, a cavidade para a colocação de um rolo com as palavras do Shemá, a problemática fresta ou frestas que se abrem na parede que separa dois compartimentos, a abundância de portas para o exterior num edifício de dimensões relativamente reduzidas, o problemático espólio recolhido no piso inferior, o edifício da Escola e sobretudo a tradição popular, que parece não ser muito antiga ,as que todos, indígenas e forasteiros, hoje afincadamente defendem, contribuem para que a dúvida se mantenha: existiu aqui uma Sinagoga? É provável.”¹⁵⁵

13.2 A Sinagoga

“Devido à expulsão dos judeus, quase todas as sinagogas medievais desapareceram do território português. Apenas duas terão sobrevivido. Uma situa-se em Tomar e a outra é uma sinagoga, cuja história ainda hoje não está totalmente esclarecida. Trata-se da Sinagoga de Castelo de Vide, que ainda hoje se pode observar na antiga judiaria local”¹⁵⁶

Com efeito, permanecem dúvidas acerca da data da sua edificação. (fotografia 9)

¹⁵⁴ Idem, p.115

¹⁵⁵ Balesteros, Carmen; de Oliveira, Jorge, 1993, p. 145

¹⁵⁶ Martins, Jorge, 2010, p. 120

“Um órgão importante da vida da comuna, sem o qual ela não existe, é a sinagoga, que representa papel idêntico ao da Igreja na vida do concelho cristão.”¹⁵⁷

“Já no século XIV na vila de Castelo de Vide existia uma judiaria que ocupava um conjunto de casas construídas junto à porta principal do castelo. Ainda que envolta em lenda, sabemos com segurança que a comunidade judaica se instalou em Portugal desde datas bastante recuadas, tendo visto o seu número aumentar durante a Idade Média, altura em que a consolidação das fronteiras e o comércio se começam a organizar após a *Reconquista Cristã*.”¹⁵⁸

Como Tavares refere (2010) “durante os domínios visigótico e muçulmano, a minoria judaica residiu no território que viria a ser Portugal, encontrando-se a sua existência comprovada documentalmente para Coimbra, desde o século X. Os judeus estavam autorizados a praticar o seu culto só dentro dos seus bairros. Apertado dentro das muralhas o casario expande-se em direcção ao nascente, procurando as águas da Fonte da Vila, aproveitando da melhor maneira a inclinação do terreno. Certamente fora o aumento demográfico que levava a esta expansão extra-muros. O núcleo judaico iria fixar-se a nascente da fortaleza, a uns escassos 50m da porta principal. Designam por judiaria um pequeno núcleo habitacional constituído por pouco mais de duas dezenas de casas, quase todas de dois pisos. Numa dessas casas fica a Sinagoga que confina a poente com a Rua da Judiaria, a nascente com várias casas de habitação e quintais, a norte a Ruína da Judiaria e a sul com a Rua da Fonte.”¹⁵⁹

Os trabalhos começaram na Primavera de 1988 e contaram com a preciosa colaboração do Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide, tendo-se “iniciado com a extração dos detritos que, ao longo dos anos se foram acumulando nos diversos compartimentos do piso inferior. Em finais do ano de 2006, o imóvel foi alvo de profunda intervenção, tendo em vista a sua recuperação e valorização como espaço museológico, por se encontrar estruturalmente degradado e em sérios riscos de ruína.”¹⁶⁰

É nesta altura que aparece a oportunidade para “descodificar” este edifício, pois ninguém tinha a certeza do que teria sido no passado. É possível desvendar os segredos mais profundos de tal preciosidade.

¹⁵⁷ Tavares, M.J. Pimenta Ferro, 1984, p.35

¹⁵⁸ Balesteros, Carmen; de Oliveira, Jorge, 1993, p. 127

¹⁵⁹ Idem, p.133

¹⁶⁰ Balesteros, Carmen; de Oliveira, Jorge, 1993, p. 129

O edifício da Sinagoga Medieval localiza-se no ponto de encontro da Rua da Judiaria com a Rua da Fonte. É numa rua com edifícios com portas ogivais e repletos de marcas desse tempo, em que tantos judeus habitaram esta vila.

“O edifício é constituído por dois pisos com 7 compartimentos: quatro no piso que dá para a Rua da Judiaria e três que dá para a Rua da Fonte. Compõe-se de dois pisos, abrindo-se numa das divisões do piso superior o que se julga ser o tabernáculo. Pensa-se que neste compartimento se reuniam os homens da comunidade, enquanto, que na divisão à sua direita, desta separada provavelmente e normalmente, por um pequeno postigo, congregavam-se os membros do sexo feminino, enquanto decorriam as sessões de estudo dos textos sagrados. As paredes são de alvenaria de pedra e barro amassado, sendo o aparelho bastante irregular, não formando fiadas paralelas. Todas as paredes têm 60cm de espessura.”¹⁶¹

Os técnicos da Secção de Arqueologia Municipal de Castelo de Vide, nos trabalhos de escavação executados na judiaria e sinagoga, encontraram os mais diversos artefactos e muitos apesar não serem de cultura judaica, são decerto dignos de serem referidos, tais como: algumas medalhas cristãs do século XVIII, moedas de diferentes épocas históricas, muitas dos séculos XVII e XVIII, cerâmicas de cozinha, panelas, potes e frigideiras em barro, tigelas, pratos, peças em faianças, facas e pregos, fivelas, um vaso em barro, um machado de pedra polida e uma peça deveras curiosa: um anel de jesuíta.

Para ver tais preciosidades vale bem a pena uma visita à Secção de Arqueologia de Castelo de Vide, onde cada visitante pode ter a certeza que será muito bem recebido por um dos funcionários locais.

A falta de objectos de cariz judaico tem uma explicação para Santos (2012) que esclarece que “se por um lado pasmamos por não encontrar qualquer artefacto que ligue o bairro judaico ao seu culto ou qualquer objecto de cariz religioso, tal, ao mesmo tempo não é de estranhar. Tanto a Inquisição como os familiares, como a massa popular instigada, na sua ânsia de apagar qualquer vestígio da presença judaica, comete crimes de carácter cultural absolutamente irreparável. Se tal aconteceu em outros locais onde existiram cristãos novos, Castelo de Vide não foi excepção à regra. Se bibliotecas com obras únicas e preciosas não escaparam à fúria das multidões cheias de zelo religioso e alimentaram fogueiras, pelo simples facto de pertencerem a cristãos novos, qualquer

¹⁶¹ Sanches Trindade, Diamantino, 179, p. 133/134

objecto de cariz mais suspeito ou declaradamente religioso seria destruído sem hesitação e sem deixar rasto. O intuito era a erradicação total.”¹⁶²

Balesteros e Oliveira (1993) têm outra opinião explicando que “a identificação de espólio material que de alguma maneira se pudesse relacionar com práticas culturais judaicas, dificilmente seria detectável numa potência de solo arqueológico como a que se previa existir neste edifício.” ¹⁶³

“Aqui apresenta-se como especialmente digna de nota a estrutura que se encontrou num dos compartimentos, que foi noticiada pela primeira vez por Diamantino Trindade. Esta é apelidada de **Tabernáculo** (fotografia 16), se bem que por Tabernáculo se deva entender o santuário portátil feito por Moisés no deserto, de acordo com as instruções de Javé. Dentro do tabernáculo estava o Santo dos Santos que continha a arca da Aliança e as Tábuas do Decálogo. Um exame rápido desta estrutura revela-nos no entretanto uma construção de granito, madeira e argamassa, à qual foi dada uma pátina envelhedora uniformizante e sobre a qual foi passada uma protectora película de verniz.”¹⁶⁴

Acerca desta estrutura Bicho (1999) diz que “o termo Tabernáculo designa a tenda na qual os hebreus guardavam a Arca da Aliança, que continha as Tábuas da Lei dadas por Deus a Moisés no Monte Sinai. Em Castelo de Vide, porém, o termo pretende significar mais correctamente o *hekal*, a própria Arca Sagrada. Os rolos da *Torah* são protegidos por panos bordados e guardados ao alto nessa espécie de armário ou nicho escavado na parede, sempre virado a Jerusalém. Simbolizando a presença divina, a *Torah* fica ainda resguardada por um reposteiro, relembrando o cortinado que protegia a entrada do Santuário no Templo de Jerusalém. Bicho, acrescenta ainda que “em Castelo de Vide, porém, o facto da estrutura encastrada na parede do compartimento 9, se encontrar posicionada a Nascente, não pode constituir motivo suficiente para ser interpretada como a Arca Sagrada, como pretendeu Trindade. Parece-nos então mais plausível, que se trate de uma *pilheira* que, embora mais trabalhada e não tão vulgar, servia igualmente para colocar os cântaros e demais objectos de uso doméstico.” ¹⁶⁵

“Encontrar-nos-emos de facto perante uma estrutura religiosa tão antiga quanto o edifício e de alguma forma ligada aos rituais de uma sinagoga? Assim sendo não há

¹⁶² Santos, Ana Bela, 2012, p. 161,162

¹⁶³ Balesteros, Carmen; de Oliveira, Jorge, 1993, p.135

¹⁶⁴ Idem, p. 137

¹⁶⁵ Bicho, Susana Maria de Quintanilha e Mendonça Mendes, 1999, p. 118-119

dúvida que se encontra num espantoso e talvez muito a propósito estado de conservação.¹⁶⁶

Contudo, quando entramos na Sinagoga não encontramos somente objectos antigos. Hoje pode-se ver ao lado do tabernáculo uma lindíssima Hanukiah (fotografia 17) que foi oferecida por um grupo de Anussims em Dezembro de 2010 à Sinagoga de Castelo de Vide, por ocasião da primeira conferência Internacional Hanussim.

Terá este edifício sido destinado a sinagoga como hoje correntemente se afirma?

É provável que tal possa ter acontecido. Para Balesteros e Oliveira (1993), “se fizermos coincidir as balizas cronológicas que obtiveram pelo estudo dos materiais e estruturas arqueológicas detectados com a documentação histórica conhecida, verificaremos que o abandono da cave do edifício coincide com o mais vivo período da perseguição à comunidade judaica em Portugal. Interessante se torna também verificar que a reabilitação do mesmo edifício, agora seguramente como espaço de habitação, ocorre de par com o fim preponderância do Tribunal do Santo Ofício na sociedade portuguesa. Estaremos em presença da segregação compulsiva de um edifício motivada pela sua impureza religiosa e social face aos olhos da cristandade.”¹⁶⁷

Conteúdos Expositivos na Sinagoga:¹⁶⁸

- Sinagoga medieval
- O bairro judeu de Castelo de Vide;
- As Celebrações Anuais e os Rituais Diários;
- Em memória dos Castelo-Videnses vítimas da Inquisição;
- Sala Polivalente

¹⁶⁶ Balesteros, Carmen de Oliveira, 1993, p. 138

¹⁶⁷ Idem, p. 137

¹⁶⁸ [Consult. 04.agosto.2016]. Disponível em: <http://www.castelodevide.pt/turismo/pt/ver-e-fazer/patrimonio/museus/sinagoga>

14 A Fonte da Vila

A Fonte da Vila foi considerado imóvel de interesse público pelo Decreto-Lei n. 39175 de 17 de abril de 1953. Encontra-se no Largo Frederico Laranjo, no entanto, o largo é amplamente conhecido como Fonte da Vila (fotografias 10 e 11).

“As suas águas foram classificadas em 1921 como cloretadas, carbonatadas, nitradas, sódicas, cálcicas e magnesianas, tendo sido em 1941 canalizadas para a Casa das Bicas onde posteriormente seriam construídas as Termas, segundo traço do arquitecto Ernesto Korrodi, em 1942. Enquanto as termas funcionaram os castelo-videnses apelidavam os aquistas de *bebe água*. Esta água foi engarrafada e exportada para os EUA, para um hospital pediátrico pois a sua ingestão matava parasitas intestinais. A Coudelaria Nacional de Alter do Chão vinha ali abastecer-se pois esta água tinha a propriedade de fazer expelir parasitas do estômago e intestinos dos animais, por isso, ficou a ser conhecida como água mata-bichos. Também era costume os animais que viviam nas zonas limítrofes da vila, serem trazidos pelos donos ao tanque das bestas, situado ao lado da fonte, para dela beberem com o mesmo fim. A fonte foi um foco de desenvolvimento radial de ruas que se desenvolveram à sua volta, deduzindo-se que terá sido construída no séc. XVI, no reinado de D. João III, embora também seja provável que a sua construção seja de várias épocas, em que no início terá existido apenas uma nascente, inicialmente transformada numa pequena fonte de água potável, que no séc. XVI foi mandada construir. A forma do tanque principal é rectangular e delimitado por lajes graníticas dispostas na vertical do qual saem seis colunas de mármore que sustentam uma cobertura piramidal que remata em pinha. Ao centro do tanque ergue-se um corpo discóide com quatro bicas simétricas e sobre este, um outro paralelepípedo, decorado com as Armas de Portugal, as do Concelho e com duas figuras de meninos. Este conjunto é rematado por uma pinha em forma de flor de acanto ou tulipa.”¹⁶⁹

Ao lado possui um outro tanque, rectangular, que seria provavelmente destinado a animais.

A opinião de Videira (2008) difere quando diz com toda a certeza que “a Fonte da Vila é do tempo de D. Manuel, como claramente o indicam as esferas, que nela se ostentam,

¹⁶⁹ Santos, Ana Bela, 2012, p. 254

como emblema das descobertas marítimas, do qual usava o venturoso monarca em todas as construções de sua iniciativa ou que no seu tempo se realizavam. Entre essa fonte e o castelo existia a Judiaria, ou bairro destinado à habitação dos judeus, que viviam à parte em lugares separados dos cristãos e até com distintivos no vestuário para não se confundirem com eles. “¹⁷⁰

Uma opinião partilhada por Santos (2012) quando diz que “a data concreta da sua construção não é conhecida, porém, pelo brasão de Portugal que figura no padrão apontamos para o reinado de D. Manuel, por altura do fecho da sinagoga que, obviamente coincide com o Édito de Expulsão.” ¹⁷¹

No entanto, numa tentativa de dar a conhecer algo mais, será interessante aprofundar um pouco o simbolismo existente na Fonte.

“O plinto é encimado por uma pinha ou glande em forma de folhas de acanto estilizado. O simbolismo da folha de acanto é muito utilizado nas decorações antigas e medievais. O acanto era sobretudo utilizado para indicar que as provações da vida e da morte, simbolizadas pelos espinhos das plantas, tinham sido vencidas. Podemos considerar o acanto como símbolo de sabedoria e evolução. Tanto as folhas de acanto, no topo da pirâmide, como as que encimam o plinto encontram-se situadas nos pontos cardeais intermédios e estas últimas protegem a glande, tal como a glande do homem se encontra protegida. A sua ponta, além de uma depressão, pressupondo um orifício, encontra-se polida de um dos lados, como podemos observar, pelo fim das folhas de acanto que se encontram mais gastas, o que indica que em tempos remotos alguma festividade incluiria o tocar na pinha ou glande. Talvez a Festa da Água?” ¹⁷²

“Virada a Norte, o homem tem o seu joelho esquerdo apoiado no chão e o direito flectido. O dorso do homem está em posição frontal com a mão direita apoiando o brasão da vila e a esquerda suportando o brasão de Portugal. Tem cabelo curto e ondeado. As suas formas, embora detectemos seios, umbigo e o sexo, são mais rudes.

A mulher encontra-se no ponto cardinal Sul. Está de joelho esquerdo apoiado no chão e joelho direito dobrado. Tal como o homem, também o dorso da mulher se encontra em posição frontal. A mão direita apoia o brasão de Portugal e a esquerda, o brasão da Vila.

¹⁷⁰ Videira, César, 2008, p. 47

¹⁷¹ Santos, Ana Bela, 2012, p. 255

¹⁷² idem, p. 258

Tem cabelos mais compridos, as suas formas são mais suaves, arredondadas e harmoniosas. Nela, também detectamos os seios, o umbigo, a cintura e o púbis. As mãos e os pés são de beleza de pormenor. O joelho flectido simboliza a vida. O homem virado a Norte significa o positivo e a mulher, virada a Sul, o negativo; e o negativo e o positivo completam-se. É o par de opostos que formam a unidade. Será a unidade do povo judaico?

Por cima do brasão de Portugal existe uma coroa com diadema de sete arcos e três bicos. Os três bicos vão unir-se à base da glande. Quase que chegamos à conclusão que o sete está em todo o lugar e em todo o universo. É considerado o número do tempo, da perfeição, e em todo o universo. É o número que corresponde aos sete dias da semana, aos sete graus de perfeição, sete são os planetas e sete são as pétalas da rosa, as notas musicais são sete, assim como as cores do arco-íris e as ciências liberais (gramática, lógica, retórica, aritmética, geometria, música e astronomia); as ordens planetárias e angelicais são sete e designam os conjuntos perfeitos, as moradas celestes e a totalidade da ordem moral e espiritual. A urna no centro da fonte, evoca o simbolismo da casa ou da morada. Nas artes é o vaso de onde se verte a água e simboliza a fecundidade dos rios. De uma maneira genérica, a urna liga-se ao princípio feminino, acrescentando à segurança da casa o dinamismo da fecundidade. A urna tem quatro bicas simétricas que se situam nos pontos cardeais intermédios, tal como as folhas de acanto. “¹⁷³

“As quatro bicas saindo da urna simbolizam quatro colunas por onde sai a vida. Simbolizam as quatro colunas de Israel, as matriarcas Sara, Rebeca, Lea e Raquel.

Na tradição judaica (e cristã) a água simboliza em primeiro lugar a origem da criação. O MEM (M) hebraico simboliza a água sensível: é a mãe e a matriz. Fonte de todas as cousas, manifesta o transcendente e, por isso, deve ser considerada como uma hierofania. No entanto, todos os símbolos podem ser vistos em dois planos rigorosamente opostos e esta ambivalência coloca-se a todos os níveis. ¹⁷⁴

“Na bíblia, as águas (poços no deserto, fontes) são lugares de alegria e espanto. É junto das fontes que se realizam encontros essenciais. É junto dos poços e das fontes que se dão acontecimentos especiais porque, enquanto poços de água, são lugares sagrados. A água é em agente de fertilização e fecundidade. Todo o Velho Testamento celebra a sua

¹⁷³ Idem, p. 259

¹⁷⁴ Idem, p. 262

magnificência. A hospitalidade judaica exige que seja oferecida água fresca ao visitante e que os seus pés sejam lavados, para assegurar a paz do seu repouso. A tradição judaica celebra e reverencia a água.

No folclore judaico, a separação feita por Deus, no momento da criação das águas superiores e das águas inferiores, designa a partilha das águas masculinas e das águas femininas, que simbolizam a segurança e a insegurança, o masculino e o feminino, ligando-se a um simbolismo universal. O brasão da vila está virado para Nascente, para Jerusalém, como se a parte mais importante do conjunto necessitasse estar virada para esse ponto cardeal.¹⁷⁵

Foi junto à Fonte da Vila que o Dr. Mário Soares, então presidente da República proferiu o discurso de retractação ao povo judaico, em 17 de Março de 1989, pelas atrocidades praticadas pela Inquisição:

“A judiaria de Castelo de Vide testemunha a presença de judeus na nossa terra desde os mais recuados tempos de nacionalidade. Demonstram como os judeus foram uma componente importante e deram um inestimável contributo, em nome de Portugal, peço perdão aos judeus pelas perseguições que sofreram na nossa terra.”¹⁷⁶

¹⁷⁵ Idem, p. 263

¹⁷⁶ Idem, p. 268 /269

Capítulo V - Resultados

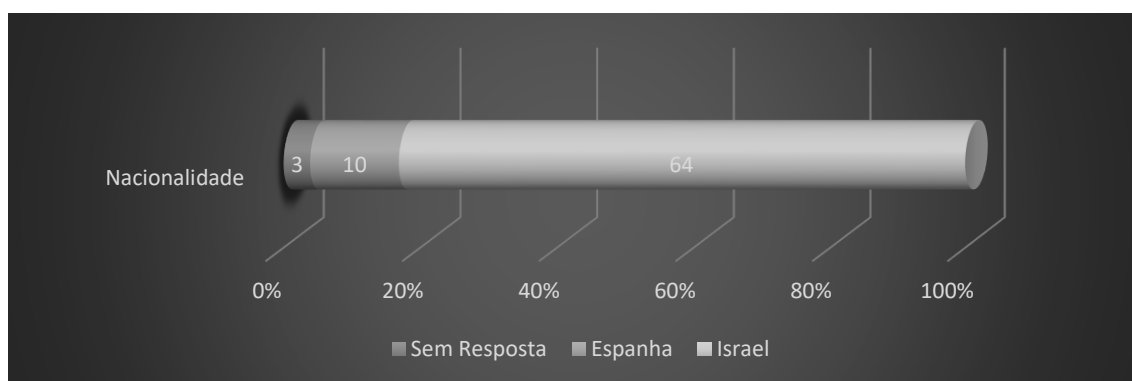
5.1 Análise dos Resultados dos inquéritos

Como mencionámos anteriormente, os questionários foram disponibilizados a visitantes de Castelo de Vide e foi dividido em duas partes: uma parte com indicadores demográficos que permitiram traçar um perfil sociodemográfico dos elementos da amostra (e.g., nacionalidade, idade, religião) e outra parte directamente ligada com a motivação e satisfação dos visitantes.

O questionário foi traduzido para a língua inglesa e foi neste idioma que foi aplicado aos visitantes. Não se utilizou o inquérito escrito em língua portuguesa.

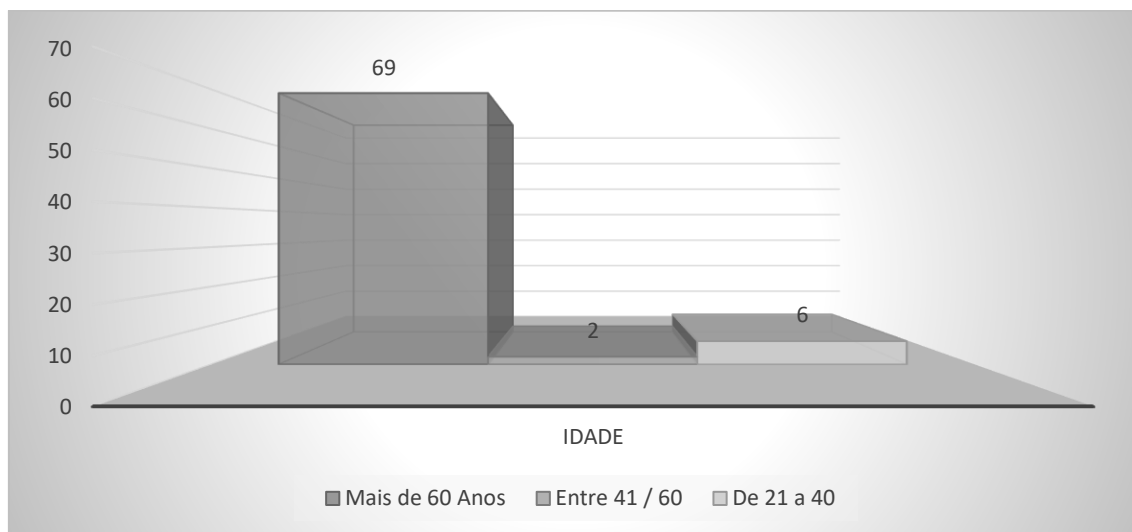
Seguidamente apresentamos as principais conclusões a retirar dos 77 questionários no sentido de se poder construir um perfil do visitante.

Gráfico 1: Distribuição das respostas por nacionalidades



A maioria dos inquiridos que responderam ao inquérito são israelitas. Sendo Castelo de Vide, cada vez mais procurada pelo legado judaico, estas respostas não apresentam nenhuma surpresa e só enaltece a importância da vila para os israelitas que visitam Portugal. O senhor Carolino Tapadejo confirma na sua entrevista os dados apresentados nos inquéritos e acrescenta ainda que principalmente desde abril de 2009, o ano de abertura da Sinagoga, este número tem vindo a aumentar.

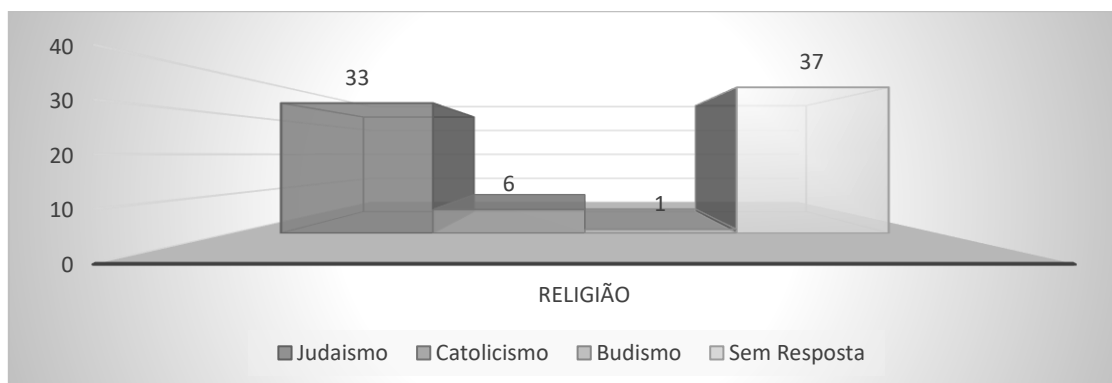
Gráfico 2: Distribuição das respostas por idades



A faixa etária que domina as visitas em Castelo de Vide é a com mais de 60 anos. São principalmente grupos seniores que visitam a vila. Logo a seguir o grupo com idades compreendidas entre os 41 e 60 anos.

Estes dados são confirmados na entrevista. Mais para a frente também confirma-se que a maioria dos visitantes vão a Castelo de Vide por motivos de diversão / lazer o que nos leva a pensar que serão maioritariamente reformados pois têm mais tempo livre para viajar.

Gráfico 3: Distribuição das respostas por religião



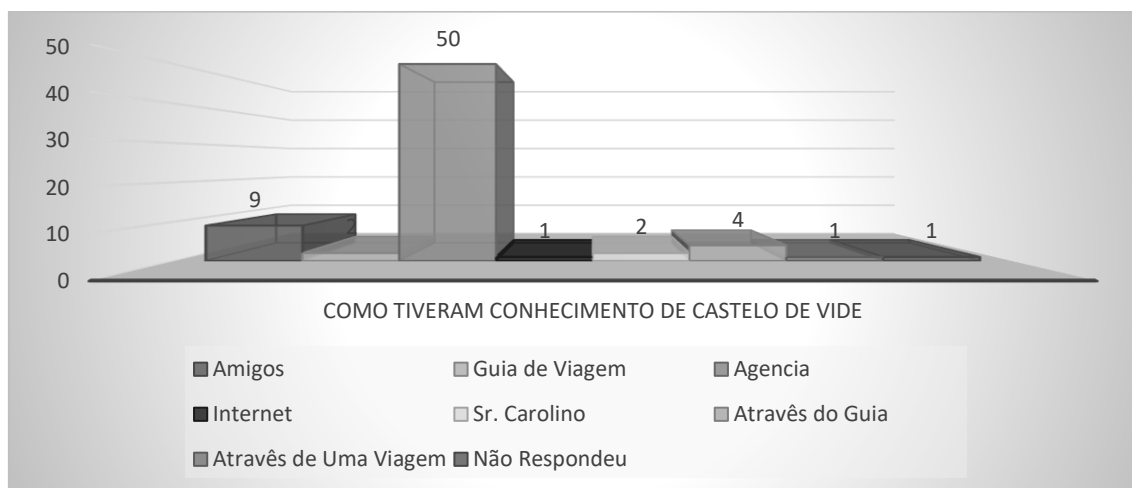
Podemos constatar que a maioria dos visitantes são judeus. Poder-se-á afirmar que muitos vêm à procura das suas origens devido ao passado judeu em Castelo de Vide. É um passado riquíssimo com uma história com mais de 600 anos. Através destas respostas podemos também observar outro fenómeno, 37 pessoas não se sentiram à vontade para dizer qual era a sua religião, provavelmente judeus que ainda hoje se sentirão ameaçados pela sua condição religiosa, apesar de estarem em Portugal.

Gráfico 4: Distribuição das respostas por ida a Castelo de Vide



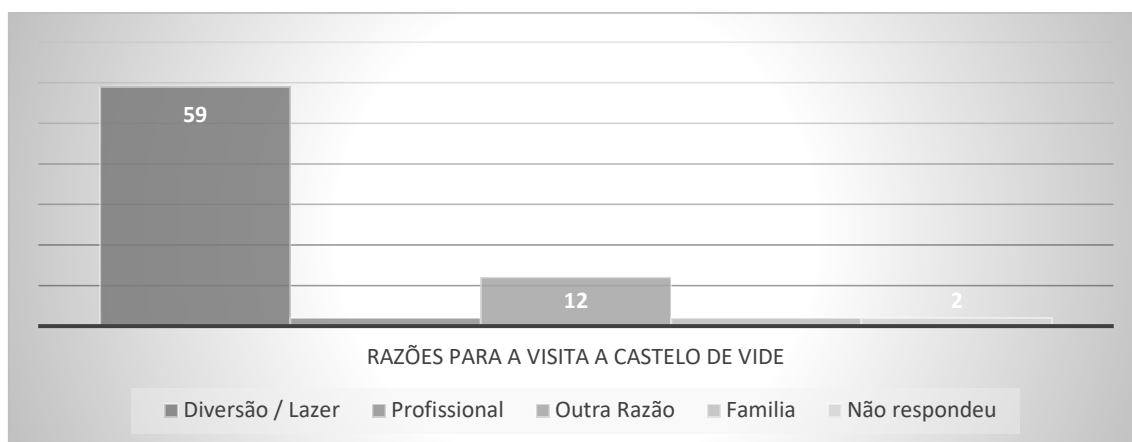
A maioria dos inquiridos visitam Castelo de Vide pela primeira vez. Estas respostas foram confirmadas na entrevista com o senhor Carolino. Estando este local cada vez mais divulgado além fronteiras não nos surpreende que cheguem todos os dias mais visitantes a Castelo de Vide pela primeira vez.

Gráfico 5: Distribuição das respostas por tipo de conhecimento da região



Aqui observa-se que a maioria dos visitantes têm conhecimento de Castelo de Vide através de agências de viagem. Por aqui percebe-se a importância das agências para a promoção deste destino. Segundo o senhor Carolino que conhece pessoalmente a maioria dos guias acompanhantes israelitas que chegam a Castelo de Vide, vários são donos de agências de viagem, facilitando o processo de recrutamento de turistas. Se se observar que a segunda hipótese mais escolhida são os amigos, percebe-se facilmente a causa – efeito, ou seja, os turistas chegam, visitam o local e estando satisfeitos voltam para as suas casas e vão recomendar Castelo de Vide aos amigos.

Gráfico 6: Razões de visita a Castelo de Vide



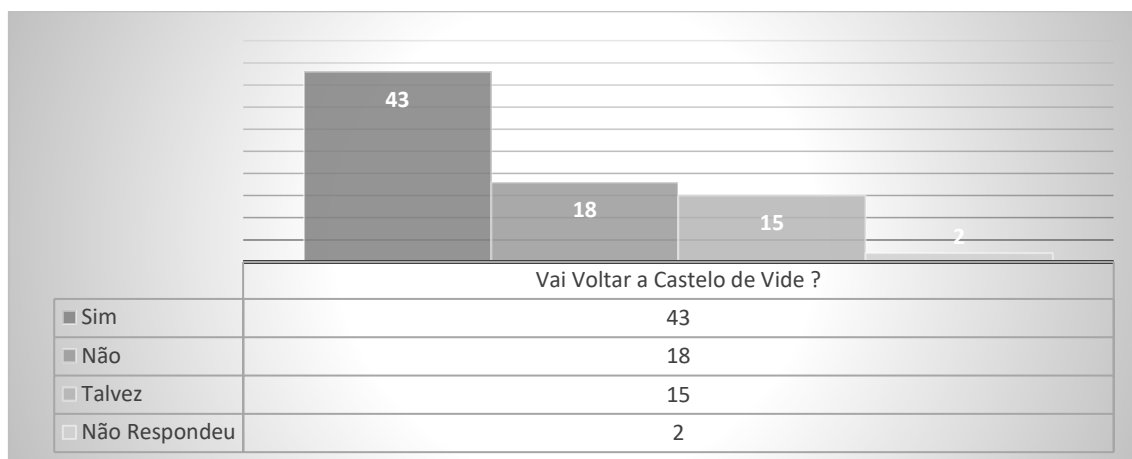
A resposta indica que a maioria dos visitantes vai a Castelo de Vide por diversão/lazer. Os inquiridos quando foram questionados sobre o que gostaram mais em Castelo de Vide (pergunta 7) apontam diferentes respostas tais como, a atmosfera e a beleza da paisagem de Castelo de Vide, a simpatia dos habitantes, as explicações do Sr. Carolino, a Sinagoga e o Museu Judaico, a Fonte da Vila, a possibilidade de aprenderem mais sobre judaísmo, as casas com os símbolos judaicos. Também houve respostas em que se lê que o que mais gostaram foi da famosa chave (fotografia 18).

A história desta chave é curiosa e única: em dezembro de 2014 o senhor Carolino deu uma série de palestras em Israel, na Universidade Netanya, quando um dia no final do seu discurso é abordado por uma senhora que falava castelhano. Disse então que a sua família era de Castelo de Vide e que tinham abandonado o seu lar na primeira metade do século XVI. Fugiram para a cidade de Esmirna no Império Otomano. A senhora manifestou ainda o seu desejo de ir visitar Castelo de Vide. Assim o fez no dia 31 de maio de 2015. Neste dia entregou a Carolino uma chave que pertenceu à sua família. Segundo se sabe é a primeira vez que uma chave é devolvida ao local de onde saiu. Esta chave é alvo de curiosidade de muitos turistas que visitam o local.

Em relação às respostas da pergunta nº 8 em que se questionou o que é que gostou menos em Castelo de Vide todas as respostas foram positivas, ou seja, ninguém apontou

algo que não gostasse, o que é bem esclarecedor que Castelo de Vide está no caminho certo para atrair turistas e aumentar as visitas.

Gráfico 7: Distribuição das respostas por intenção de voltar a Castelo de Vide



A maioria refere que vai voltar a Castelo de Vide e 15 visitantes pensam voltar. Mais uma vez confirma-se que a política e todo o esforço que se está a fazer neste local para atrair turismo está a dar os seus frutos. O senhor Carolino confirma que a maioria diz sempre que quer / gostaria de voltar mas devido às idades algo avançadas e também à distância não sabem se tal será possível.

Tabela 2: Evolução do número de turistas em Castelo de Vide

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugueses	12343	14002	12810	11086	15624	17084	12127	15956	17085	14823
Estrangeiros	11178	12196	12895	9397	11915	13467	10101	11575	13527	13601
Total	23521	26198	25705	20483	27539	30551	22228	27531	30342	28424

Fonte: Município de Castelo de Vide (2016)

Nesta tabela observa-se a evolução do número de turistas em Castelo de Vide. Até 2009 já recebia um número considerável de turistas. Com a abertura da Sinagoga há efectivamente um aumento de turistas, principalmente de estrangeiros. Como já sabemos a maioria são israelitas o que demonstra que começou a haver um motivo de visita a esta vila. Até 2009 a maioria dos visitantes são portugueses, tendência que diminui a partir de 2010. Desde 2015 o número tem vindo sempre a aumentar embora com algumas quebras (por exemplo em 2012) o que está directamente ligado a ataques terroristas. De acordo com o senhor Carolino quando se verifica este tipo de atentados na Europa automaticamente a maioria dos grupos de Israel cancelam as visitas.

Não podemos deixar de mencionar que apesar dos números de turistas em Castelo de Vide ainda estarem longe do ideal a evolução tem sido espantosa. Geograficamente não é muito apetecível viajar para Castelo de Vide. Se pensarmos em Lisboa demora umas boas 3 horas para lá chegar, mas no entanto cada vez há mais grupos a chegarem a esta vila alentejana. Mostra bem a importância deste legado histórico e cultural e que afinal a nossa história também é a história de outros povos.

De futuro haverá ainda mais razões para visitar este local: o futuro Centro de Interpretação Garcia de Orta (fotografia 22 e 23) e a abertura do Museu da Inquisição, o primeiro em Portugal. Para este projecto Castelo de Vide conta com a preciosa colaboração do Professor Jorge Martins. A abertura de ambos está prevista para 2017.

O Centro de Interpretação Garcia de Orta foi feito num edifício muito bonito que foi construído nos anos 30. Neste edifício funcionaram as termas de Castelo de Vide. Os conteúdos do Centro estão a cargo da professora Teresa Nobre de Carvalho e da sua equipa.

Gráfico 8: Evolução do número de turistas em Castelo de Vide

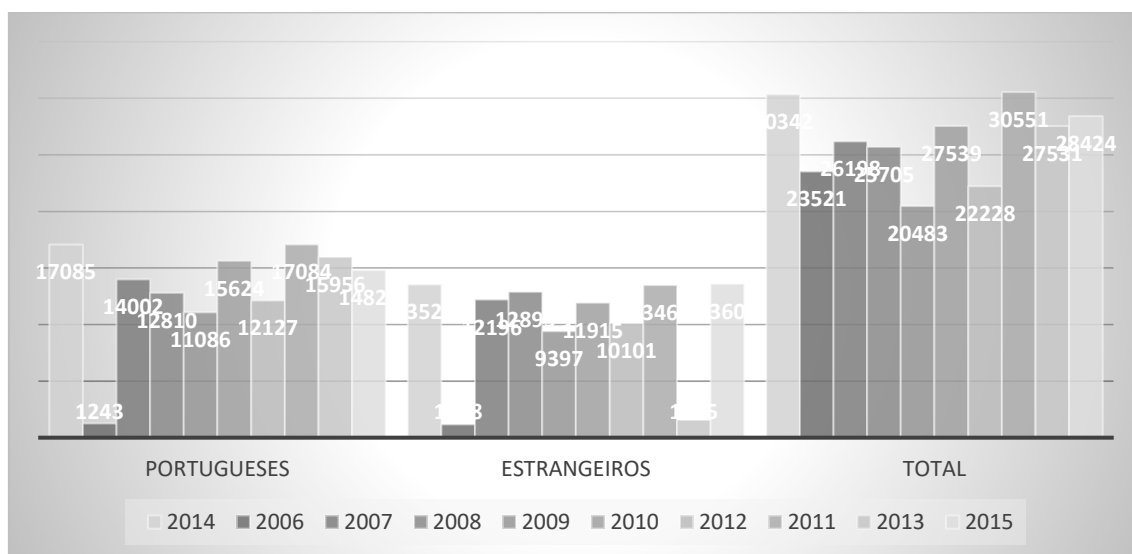


Tabela 3: Evolução do número de entradas na Sinagoga

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugueses	12789	15624	17084	14828	15956	17081	14823
Estrangeiros	9344	11915	13467	11255	11575	13527	13601
Total	22133	27539	30551	26083	27531	30342	28424

Nesta tabela observa-se que há um aumento de procura das visitas na Sinagoga desde a sua abertura. No ano de abertura (2009) ainda eram os portugueses que mais entravam na Sinagoga mas rapidamente a partir de 2010 são ultrapassados pelos estrangeiros. Como já vimos atrás a maioria dos visitantes que chegam a Castelo de Vide são israelitas portanto parece-nos lógico a curiosidade em entrar na Sinagoga. Embora a maioria tenha comentários positivos em relação à mesma alguns visitantes mostram-se um pouco desconfortáveis com esta designação porque segundo estas pessoas não é uma Sinagoga porque não se pratica lá o culto e será melhor referir-nos a este local como um museu.

Conclusão

O turismo tem mudado bastante nos últimos anos e para além da procura de novas culturas e pessoas, diversão e fuga à vida quotidiana, o turismo é hoje associado a questões mais complexas como por exemplo a preservação da memória dos povos e ao património deixado pelos nossos antepassados.

Esta preocupação tornou-se num factor importante para o desenvolvimento económico de muitas regiões, outrora esquecidas. Através do turismo promove-se o património das regiões e dinamiza-se outras actividades e cria-se novos postos de emprego.

Reconhecendo a importância do turismo como factor de desenvolvimento cultural e económico, a presente dissertação de mestrado pretendeu analisar as motivações da procura dos visitantes em Castelo de Vide. A questão central à volta da qual se desenvolveu esta investigação era perceber se o legado judaico em Castelo de Vide é um factor determinante para a procura turística e em que medida o turismo se transformou numa oportunidade de desenvolvimento para o local.

Os objectivos subjacentes à investigação que nos propusemos foram alcançados. Através de questionários avaliámos as motivações dos visitantes de Castelo de Vide e estabelecemos um perfil do visitante.

A herança judaica em Portugal constitui uma parte muito importante da nossa história que não deve ser esquecida. Muitos dos judeus que aqui viveram contribuíram de forma notável para o desenvolvimento do país, principalmente na época dos Descobrimentos. É inegável as marcas da sua presença no nosso país. Hábeis comerciantes e gente ambiciosa deste sempre despertaram sentimentos de amor e ódio.

Actualmente, devido ao aumento das viagens com motivação cultural, diversas localidades estão a investir na recuperação do património. Visto a herança judaica ser tão forte, cada vez mais Portugal é visitado por judeus vindos de todas as partes do mundo. Um dos locais que está presente nesta rota judaica é Castelo de Vide, uma simpática vila alentejana perto da fronteira com Espanha. Esta proximidade com o país vizinho foi decisiva para muitos judeus mudarem-se para Castelo de Vide, aquando da expulsão de Espanha.

Esta vila é rica em património cultural judaico e muitos descendentes da raça hebraica vêm a Castelo de Vide à procura da sua história, da sua identidade e das suas raízes.

Castelo de Vide tem-se vindo a afirmar como um dos principais destinos para quem procura a herança judaica em Portugal. O motivo desta procura não é em vão: basta visitar esta localidade para se entender que “respira-se” judaísmo por todo o local: são as portas com as ranhuras para as Mezuzahs, os edifícios com símbolos hebraicos, os hábitos e usos que ainda se conhecem, produtos tipicamente judaicos que foram invenção judaica, gastronomia, entre outras coisas.

A Fonte da Vila, o futuro Centro de Interpretação Garcia de Orta, o futuro Museu da Inquisição, complementam esta oferta em Castelo de Vide. Os vestígios do passado juntamente com o que se faz presentemente só mostra que este local e as medidas que estão a ser tomadas, põem Castelo de Vide na direcção certa. Nas respostas dos questionários ninguém apontou algo negativo ou que não tivesse gostado.

No entanto, há medidas que têm de ser tomadas para tornar Castelo de Vide ainda mais apetecível para este nicho de mercado.

De futuro recomenda-se a construção de um hotel de 4 estrelas e que sirva cozinha Kosher. De momento, não existe nenhum, o que faz com que os grupos façam uma visita e vão-se embora para dormir noutro local. Castelo de Vide não tem muitos restaurantes mas, se dois ou três servirem cozinha Kosher seria melhor, os grupos poderiam depois ou antes da visita ter a sua refeição, o que não acontece.

Mais alojamento local de qualidade seria também indicado pois nem todas as pessoas viajam em grupos. (fotografia 14) Assim, pode-se apontar o turismo como sendo mais do que uma oportunidade para este local. Com o desafio que tem pela frente é expectável que o desenvolvimento no sector do turismo seja um elemento marcante na definição, não só das estratégias de desenvolvimento, mas também da procura turística nos próximos anos.

Em termos de futuras linhas de investigação, pode-se destacar a aplicação de um modelo de gestão eficaz do património em Castelo de Vide, promovendo a vila culturalmente e proporcionando também desenvolvimento socioeconómico.

Espera-se que a aposta neste património seja contínua para que este sentimento de pertença e valorização possa continuar no futuro.

Bibliografia

Azevedo, João Lúcio de – *Elementos para a História Económica de Portugal, séculos XII a XVII*. Lisboa: Inapa. 1990. 244p.

Babo, Carlos – *A Inquisição*. Porto: Lello. [s.d.]. 64p.

Balesteros, Carmen; de Oliveira, Jorge – *A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide*. Ibn Marvan nº3, C.M. de Marvão, Portalegre.1993. p. 124 – 152.

Baptista, Mário – *O Turismo na Economia – Uma Abordagem Técnica, Económica, Social e Cultural* – Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística, 1990. 640p.

Barreto, António; Mónica, Maria Filomena – *Dicionário de História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Livraria Figueirinhas. 1999. ISBN 972-661-165-2. Vol. 8.

Bicho, Susana Maria de Quintanilha e Mendonça Mendes – *A Judiaria de Castelo de Vide – Contributos para o seu estudo na óptica da Conservação do Património Urbano*. Évora: Universidade de Évora, 1999. 324 f. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico.

Braga, Isabel M.R. Drummond – *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Hugin Editores, Lda. 2001. ISBN 972-794-017.

Coelho, M.H da Cruz – *Portugal – Percursos de Interculturalidade, Raízes e Estruturas* – Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008.

Costa, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*. 2ªed. Maia: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2015. 333p. ISBN: 978-972-42-3440-3.

Costa, Jorge Fener da, - *Perspectivas do Turismo Regional*. Caldas da Rainha: [s.n.] 1958. “Conferência realizada no Museu Provincial de José Malhoa, das Caldas da Rainha, no dia 17 de Agosto de 1957.

Cunha, Licínio – *Economia e Política no Turismo*. Amadora: McGrawHill. 1997.488p. ISBN 972-8298-52-8.

Cunha, Licínio – *Perspectivas e Tendências do Turismo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 2003. 262p. ISBN 972-8296-88-6.

Cunha, Licínio – *Turismo em Portugal. Sucessos e Insucessos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 2012. 617p. ISBN: 978-989-8512-24-6.

Cunha, Licínio; Abrantes, António – *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda. 2013. 472p. ISBN 978-972-757-951-8.

Desenvolvimento e Turismo – *Ciclo de Debates 1999*, Livro de Actas / [org.] Financiamento e apoio ao turismo. Lisboa: Instituto de Financiamento e apoio ao Turismo. 2002. 169p. ISBN: 972-95339-3-8.

Dos Santos, Maria Helena Carvalho, coord ; Ribeiro, José Sommer – *Os Judeus Portugueses Entre os Descobrimentos e a Diáspora*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1994. Obra publicada por ocasião da exposição realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, de 21 de jun. a 4 de Setembro. 1994. 329p.

Ferreira, José Maria Cabral – *Artesanto, Cultura e Desenvolvimento Regional: Um Estudo de Campo e Três Ensaio Breves*. Lisboa: Imp. Nacional – Casa da Moeda. 1983. 184p.

Fortin, Marie – Fabienne; Côte, José; Fillion, Françoise – *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Trad. Nídia Salgueiro. Loures: Lusodidacta, 2009. 595p. ISBN 978-989-8075-18-5.

Gonçalves, Alexandra Rodrigues – *A Componente Cultural do Turismo Urbano como Oferta Complementar ao produto Sol e Praia: O Caso de Faro e Silves*. Lisboa: Instituto de Financiamento de Apoio ao Turismo. 2003. 381p. ISBN 972-8170-97-1.

Guerra, Luis de Bivar – *Os Judeus no Artesanato, nas Profissões Liberais e no Comércio do Distrito de Bragança*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 1975.

Henriques, Cláudia – *Turismo, Cidade e Cultura. Planeamento e Gestão Sustentável*. 1ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. 2003. 312p. ISBN 972- 618- 314-6.

Herculano, Alexandre - *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Mem Martins: Europa – América. 1982. 172p. Vol.3.

Hernández, Francisca Hernández – *El Patrimonio Cultural – La Memoria Recuperada*. Gijón: Ediciones Trea, S. L. 2002. ISBN 84-9704-036-8.

Kayserling, Meyer – *História dos Judeus em Portugal*. Trad. Gabriele Borchardt Corrêa da Silva & Anita Novinsky. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971. 334p. Título Original: *Geschichte der Juden in Portugal*.

Lange, Nicholas de – *Atlas of the Jewish World*. Oxford: Phaidon, 1985. 240p.

Lickorlish, Leonard; Jenkins, Carson L. – *Introdução ao Turismo*. Rio de Janeiro: Editora Campos Ltda. 2000. 317p. ISBN 85-352-0688-4.

Lima, Joaquim Alberto Pires de, - *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*. Porto: Civilização. 1940. 171p.

Magusto, João F.A. – *Edifício da Sinagoga: Arqueologia da Arquitectura (Ensaio)*. Câmara Municipal de Castelo de Vide. Secção de Arqueologia, Junho 2012.

Mangorrinha, Jorge – *O Lugar das Termas: Património e Desenvolvimento Regional: As Estâncias Termas da Região Oeste*. Lisboa: Livros Horizonte. 2000. 302p.

Marcocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa – 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013. 608p. ISBN: 978-989-626-452-9.

Marques, A.H. de Oliveira – *História de Portugal – Do Renascimento às Revoluções Liberais*. Lisboa: Editorial. 1998.

Marques, A.H. de Oliveira – *História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1991. 167p. ISBN: 972-27-0430-3.

Martins, Jorge – *Breve História dos Judeus em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Nova Vega. 2010. 191p. ISBN 978-972-699-920-1.

Mascarenhas, J.A. de Oliveira – *A Inquisição em Portugal*. Lisboa: Companhia Nacional Editora. 1899. 63p.

Mata, Eugénia; Valério, Nuno – *História Económica de Portugal, uma Perspectiva Global*. Lisboa: Editorial Presença. 1994. 324p.

Matias, Álvaro – *Economia do Turismo – Teoria e Práctica*. Lisboa: Instituto Piaget. 2007.

Medina, João – *Portuguesismo (s) (acerca da identidade nacional): Ensaio sobre as Imagens de Marca Identitárias, os Emblemas, os Mitos e outros Símbolos nacionais*

seguidos de O Zé Povinho. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 2006. 243p. ISBN 978-972-99298-2. ISBN 972-99298-9-0

Moreira, Isabel M. Martins – *Museus e Monumentos de Portugal, 1772-1974*. Lisboa: Universidade Aberta, 1989.

Moreno, Humberto Baquero – *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV: Estudos de História*. Lisboa: Presença, 1985. 213p.

Oliveira, José Augusto – *Castelo de Vide na Idade Média*. Lisboa: edições Colibri / C.M. de Castelo de Vide. 2011. 190p. ISBN: 978-989-689-183-1

Pina, Paulo. In vários. – *Portugal: O Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus. 1988. 258p.

Pinto-Coelho, Maria João – *Património Cultural, Portugal – Lisboa – Estar Editora Lda*, 1997.

Ramos, Graça – *Portugal: Património da Humanidade*. Portugal: Sodilivros, 1996. 205p. ISBN: 84-88959-23-0.

Remédios, Mendes dos – *Os Judeus em Portugal: Vicissitudes da Sua História desde a Época em que foram expulsos até à Extensão da Inquisição*. Coimbra: F. França Amado: Faculdade de Letras, 1895-1928. 2 V.

Sanches Trindade, Diamantino – *Castelo de Vide – Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*. Lisboa: Gráfica OPV, Março 1979.

Sanches, António Nunes Ribeiro – *Origem da Denominação de Cristão Velho e Cristão Novo em Portugal*. Lisboa: [s.n.]1956. 24p. Manuscrito Inédito Agora Publicado.

Santos, Ana Bela – Yael, Castelo de Vide, *Os Judeus e a Inquisição*. 2ªed. Bruxelas: Orfeu, 2012. 311p. ISBN: 978-2-87530-020-1.

Santos, M. da Graça Poças (org) – Congresso Turismo Cultural, Territórios e Identidades – Leiria- 2006, *Turismo Cultural – Territórios e Identidades*. Porto: Instituto Politécnico de Leiria e Edições Afrontamento, Lda, 2010. 388p. ISBN 978-972-36-1110-6.

Saraiva, António José – *Inquisição e Cristãos-Novos*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.308p.

Saramago, Alfredo – *Livro – Guia do Alentejo* – Lisboa: Assírio & Alvim, 2007. 727p. ISBN: 978-972-37-1290-2

Schwarz, Samuel – *La Découverte des Marranes: Les Crypto Juifs au Portugal*. Paris: Chandeigne, 2015. 374p. (obra publicada com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian). ISBN 978-2-36732-119-6.

Schwarz, Samuel – *Os Cristãos Novos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Empresa Portuguesa de Livros, 1925. 110p.

Serrão, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo. 1978.Vol.3.

Serrão, Joel – *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. 2006. 3496p. Vol.3.

Martins, Jorge. In Silva, Carlos Guardado da, (coordenador) – *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano. 2013. 267p. ISBN: 978-989-689-318-7.

Tavares, Maria José Ferro – *As Judiarias de Portugal*. [S.l.]: Clube do Coleccionador dos Correios. 2010. 177p. ISBN: 978-972-8968-27-4.

Tavares, Maria José Pimenta Ferro – *Judaísmo e Inquisição: Estudos*. Lisboa: Presença, 1987. 199p.

Tavares, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa., 1982-1984. 1º Vol: 535p. 2º Vol: Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. Tese de Doutoramento: Universidade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova; Lisboa.

Videira, César – *Memória Histórica da Muito Notável Vila de Castelo de Vide*. 3ª ed. Lisboa: Edições Colibri. 2008. 294p. ISBN 978-972-772-802-2

Fotografias

Fotografia 1: Rua Bartolomeu Álvares da Santa



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 2: Vista Panorâmica de Castelo de Vide



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 3: Antiga Judiaria de Castelo de Vide



Fonte: autora (2016)

Fotografia 4: Antiga Judiaria em Castelo de Vide



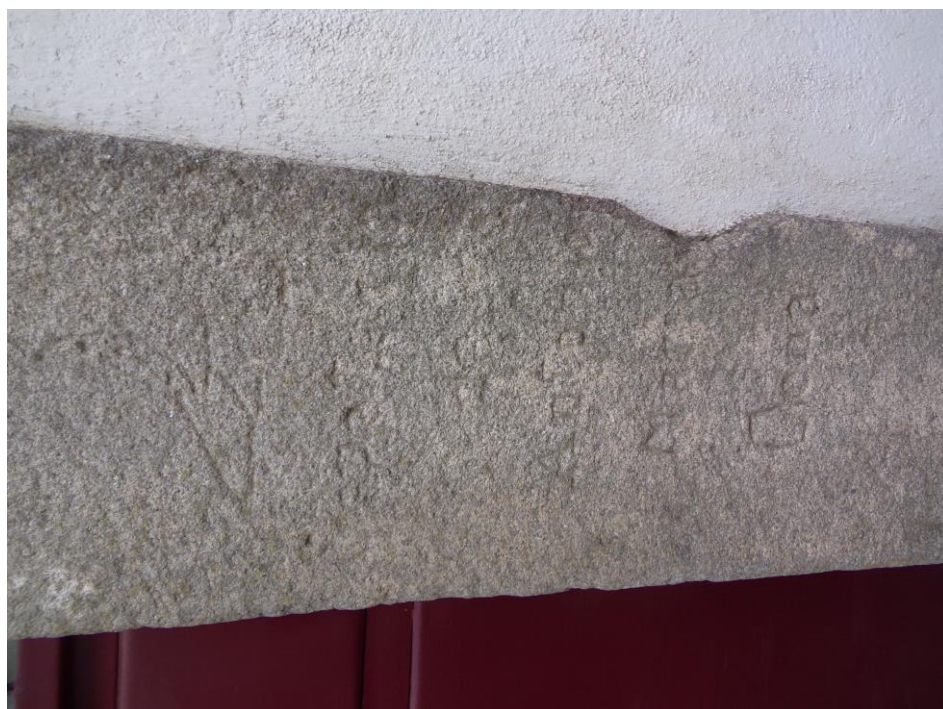
Fonte: autora (2016)

Fotografia 5: representação duma Menorah



Fonte: autora (2016)

Fotografia 6: Marcas Arquitectónicas Judaicas



Fonte: Autora (2016)

Foto 7: Portas Ogivais



Fonte: autora (2016)

Foto 8: Desenho de um sapato numa ombreira de porta



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 9: Sinagoga Medieval em Castelo de Vide



Fonte:

http://www.castelodevide.pt/turismo/upload/fotocmcv19188117975135e7a344d76_sml.jpg

Fotografia 10: A Fonte da Vila, situada no Largo Frederico Laranjo



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 11: Fonte da Vila, situada no Largo Frederico Laranjo



Fonte: autora (2016)

Fotografia 12: Loja de Souvenirs em Castelo de Vide



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 13: Loja de Souvenirs em Castelo de Vide



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 14: Alojamento local em Castelo de Vide



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 15: Sinalética em Castelo de Vide



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 16: Tabernáculo que se encontra no interior da Sinagoga Medieval



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 17: Hanukiah no interior da Sinagoga Medieval



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 18: Chave que foi devolvida a Castelo de Vide



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 19: Martelo do século XV oriundo de Toledo



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 20: Oficina Museu do Mestre Carolino



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 21: Oficina Museu do Mestre Carolino



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 22: Futuro Centro de Interpretação Garcia de Orta em Castelo de Vide



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 23: Futuro Centro de Interpretação Garcia de Orta em Castelo de Vide



Fonte: Autora (2016)

Fotografia 24: Gastronomia de Castelo de Vide – Migas de Batata com Entrecosto



Fonte: A autora (2016)

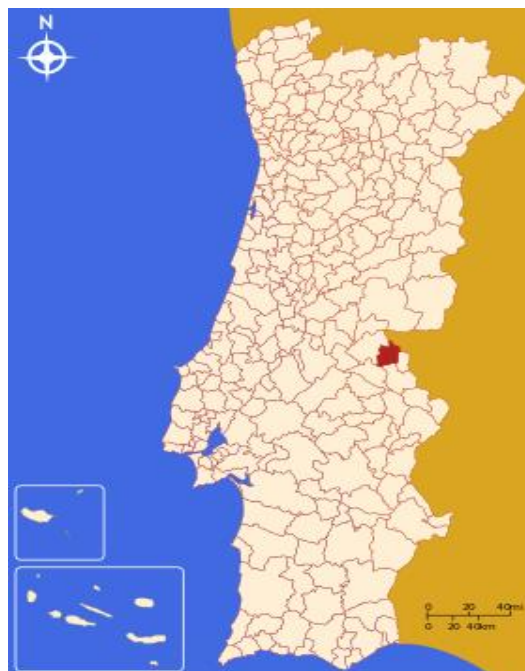
Fotografia 25: Gastronomia de Castelo de Vide – Sarapatel



Fonte: <http://www.castelodevide.pt/turismo/pt/ver-e-fazer/gastronomia/pratos-tipicos>

Anexos

Anexo 1: Localização Geográfica de Castelo de Vide



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_Vide

Anexo 2: Questionário em Inglês

Questionnaire

This questionnaire was designed by Silvia Prata, an History, Archaeology and Heritage Student at Autónoma University of Lisbon.

I'm writing a Master's thesis entitled: **The Jewish Culture and Tourism in Castelo de Vide**. In order to help my research I kindly ask you a few minutes of your time to complete the following questionnaire.

Many thanks for your cooperation!

Silvia Prata

1 – **Nacionality:** _____

2- **Age:** Until 20 years old 21-40 41-60 + 6

3- **With which religion do you feel more empathy?** _____

4 – **It is your first time in Castelo de Vide?** Yes No

5 – **How did you learn about Castelo de Vide:**

Internet through friens travel agenc book

other? Which one? _____

6 – **Reason for your visit to Castelo de Vide:**

Leisure Professional Family Other (could you mention which one?)

7– **What did you like in Castelo de Vide at most?**

8- **What did you like less in Castelo de Vide?**

9- **Did you visit the Synagogue in Castelo de Vide?** Yes N

9.a) - **If you answered “yes” could you tell me your opinion about the Synagogue?**

10- **Will you return to Castelo de Vide?** Yes N

Anexo 3: Breve Nota Biográfica de Carolino Tapadejo

Carolino Coimbra Pina Tapadejo nasceu em Castelo de Vide em 1947. Em 1958 inicia a aprendizagem do ofício de ferreiro, na oficina do seu pai e entre 1968 e 1971, cumpre o serviço militar no Regimento de Transmissões, na cidade do Porto.

Em 1975, assume o cargo de Presidente da Comissão Administrativa de São Tiago Maior, e no ano seguinte, é eleito vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide. Em janeiro de 1980 toma posse como Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, cargo que ocupou até final de 1989.

Como Autarca desenvolveu uma política integrada para a conservação da natureza e foi o primeiro Edil a proceder ao embargo de plantação de eucaliptos.

Entre 1997 e 2008, exerce o cargo de Provedor da Misericórdia de Castelo de Vide.

Em 2001, a convite do padre, Dr. Vítor Melícias, assume o cargo de Delegado para as Relações Internacionais da União das Misericórdias Portuguesas, e em 2006, é convidado para implementar e coordenar a Turicórdia – Rede de Turismo Social da União das Misericórdias Portuguesas.

Como coordenador e como formador tem participado em vários programas de iniciativa comunitária, e, Portugal e noutros países da Europa.

Como convidado tem proferido palestras abordando temas relacionados com a História de Castelo de Vide, Turismo Cultural ou Problemas Sociais. Estas intervenções têm vindo a ter lugar, além de Portugal, nos seguintes países: Espanha, Grécia, Itália, França, Holanda, Inglaterra; Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Finlândia e ainda no Canadá, Brasil e Israel.

Tem participado em inúmeros programas de rádio e de televisão e como cronista, vem assinando vários trabalhos para diversas revistas, portuguesas e estrangeiras.

Em Agosto de 2011 publica o seu primeiro livro: “Memória de Memórias e outras Histórias”, sobre a oficina de ferreiro dos seus antepassados e de homenagem a seu pai.

Em Outubro de 2013 consegue abrir ao público a Oficina – Museu em homenagem aos seus antepassados, projecto para o qual dedicou vários anos da sua vida.

Em Dezembro de 2014, acompanhado da família, viaja para Israel a convite de um grupo de personagens e entidades daquele país, onde proferiu uma conferência e várias palestras e foi alvo de várias homenagens, pelo trabalho que ao longo dos anos vem desenvolvendo em prol da cultura judaica de Castelo de Vide e do país.

Ao longo da sua vida tem tido como principal preocupação os aspectos relacionados com a sua valorização profissional e cultural, tendo no seu currículo, entre outras, as seguintes qualificações: Curso de Gestão por Objectivos, Curso de Escultura de Ferro e Curso de Especialização em Desenvolvimento local.

Das mais de duas dezenas de distinções que lhe foram outorgadas em Portugal e no estrangeiro, destacam-se as seguintes: Comendador da Ordem do Infante D. Henrique (1985), (proposta e entregue pelo General Ramalho Eanes); Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (1990), (proposta por Sofia de Mello Breyner e por Salgueiro Maia , entregue por Mário Soares); Medalha da Cidade de Jerusalém (1992); Prémio Nacional (Quercus) da Conservação da Natureza (1996); Medalha da Confederação das Misericórdias Italianas (2004); Medalha das 4 Sinagogas Sefarditas da Cidade Velha de Jerusalém (2015); Medalha do Museu da História da Inquisição de Belo Horizonte, Brasil (2015).

